

Título do capítulo	CAPÍTULO 1 - RECEBIMENTO E DISPÊNDIO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: EVIDÊNCIAS RECENTES DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) 1995-1996
Autores (as)	Paulo Furtado de Castro Luis Carlos G. de Magalhães
DOI	

Título do livro	GASTO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS CONTEMPORÂNEAS
Organizadores (as)	Fernando Gaiger Silveira Luciana Mendes Santos Servo Tatiane Menezes Sérgio Francisco Piola
Volume	1
Série	-
Cidade	Brasília
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2006
Edição	
ISBN	978-85-86170-85-0
DOI	-



CAPÍTULO 1

RECEBIMENTO E DISPÊNDIO DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS: EVIDÊNCIAS RECENTES DA PESQUISA DE ORÇAMENTOS FAMILIARES (POF) 1995-1996

Paulo Furtado de Castro
Luis Carlos G. de Magalhães

1 INTRODUÇÃO

Com uso dos resultados preliminares, recentemente divulgados pelo IBGE, da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 1995/1996 – Primeiros Resultados,¹ e os dados da POF 1987/1988,² o objetivo deste trabalho é analisar, de forma preliminar, as mudanças recentes nas estruturas de gastos e recebimentos das famílias dos grandes centros urbanos do país.

Com as Pesquisas de Orçamentos Familiares, a composição dos dispêndios pode ser analisada por classe de recebimentos e pelas principais características demográficas e educacionais das famílias. Pode-se, também, avaliar o comportamento dos recebimentos e seu padrão distributivo, bem como a evolução do endividamento familiar e o papel das transferências inter e intraclases de renda sobre a demanda das famílias. Seus resultados servem, adicionalmente, para se estimar a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços. No caso brasileiro, essas pesquisas visam, particularmente, a atualizar a cesta de bens e serviços que serve de ponderação ao Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Inicialmente concebidas

1. A pesquisa abrangeu as regiões metropolitanas de Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo, além de Brasília e do município de Goiânia, e foi realizada no período de 1^a de outubro de 1995 a 30 de setembro de 1996. Foram aplicados quatro questionários e uma caderneta de despesa coletiva. A data referencial da POF é 15 de setembro de 1996, quando o salário-mínimo equivalia a R\$ 112,00 (cento e doze reais). O modelo de amostragem e o universo pesquisado são basicamente os mesmos da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1986/1987, de modo que, em princípio, após os devidos ajustes em função das variações de preços entre os dois períodos, os resultados das duas pesquisas são comparáveis.

2. A POF 1987/1988 compreendeu um período total de dezoito meses, de 1^a de setembro de 1986 a 28 de fevereiro de 1988, e teve como data referencial 15 de outubro de 1987. Os valores foram expressos em pisos salariais equivalentes a Cz\$ 2 640,00 (dois mil seiscentos e quarenta cruzados).



para serem realizadas a cada cinco anos, apenas três pesquisas, por vários motivos, foram implementadas até agora.³

Em geral, suas aplicações são bastante amplas, e são utilizadas especialmente para subsidiar a formulação de políticas públicas, devido às informações que propiciam sobre despesas e recebimentos de parcela significativa das famílias brasileiras, uma vez que, nas áreas pesquisadas em 1995/1996, por exemplo, encontravam-se cerca de 30% da população total do país, ou 38% da população urbana.

No intervalo de tempo entre as duas pesquisas, o país sofreu várias mudanças econômicas significativas, desde um amplo processo de abertura comercial até um plano de estabilização ambicioso.

A população brasileira, que, ao final de 1987, era de 137,3 milhões de pessoas, atingiu quase 160 milhões em 1996, e a imensa maioria reside em áreas urbanas. O PIB *per capita*, a preços de 1997, cresceu, no período considerado, 3%, o que significa cerca de R\$ 5.300 em 1996.⁴

Esse período, de modo geral, foi de expansão econômica, apesar do intenso processo inflacionário. A inflação média, medida pelo INPC, girava em torno de 15% ao mês em 1987, após o fracasso do plano de estabilização do cruzado; em 1996, caiu para menos de 1% ao mês, com a consolidação do Plano Real. A variação dos preços em doze meses, que, entre as pesquisas, chegou a 2.500%, diminuiu para menos de dois dígitos em 1996.

O mercado de trabalho, por sua vez, sofreu alterações significativas, como resultado, em parte, do processo de globalização e abertura da economia brasileira. As relações formais de emprego ficaram de alguma forma fragilizadas, e setores tradicionalmente grande absorvedores de mão-de-obra começaram a reduzir o número de postos de trabalho.⁵

A estabilização afetou, também, o mercado financeiro, pois alterou a composição dos agregados monetários por meio de maior monetização da economia, e alargou o mercado de crédito. As compras a prazo foram estimuladas pelas quedas das taxas de juros e ampliação do horizonte do poder aquisitivo do consumidor que, com a estabilização, pôde contemplar um comprometimento de renda a mais longo prazo.

3. A primeira foi a pesquisa Estudo Nacional da Despesa Familiar (Endef), realizada entre 18 de agosto de 1974 e 15 de agosto de 1975.

4. Segundo estimativas do Banco Central do Brasil (Boletim do Bacen, maio de 1998). Essa variação do PIB foi bastante afetada pela acentuada queda verificada nos primeiros três anos da década. Considerando-se o período mais recente, o quadro se reverte, pois o PIB *per capita* cresceu cerca de 12%, entre 1993 e 1996.

5. Ver Ramos e Reis (1997), para análise mais detalhada sobre o emprego no Brasil, nos anos 90.





É natural, portanto, que essas mudanças tenham afetado as estruturas de dispêndio e renda das famílias, como veremos ao longo do trabalho.

Apesar de os dados da POF 1995/1996 serem ainda provisórios, algumas observações iniciais podem ser feitas sobre a evolução dos recebimentos e gastos das famílias. Para o total das áreas da pesquisa, tanto a renda mensal familiar média *per capita* quanto a mediana cresceram ligeiramente, em termos reais,⁶ entre 1987 e 1996. A renda *per capita* para o total das famílias dos grandes centros urbanos evoluiu, no período, 4,7%, e ultrapassou o crescimento do PIB *per capita*.⁷ Por sua vez, a despesa mensal média familiar *per capita* decresceu cerca de 3,5%, e situou-se em torno de 3,25 SM, em 1996.

A estabilização, o aumento de renda e a diminuição nas taxas de juros afetam positivamente a demanda, o que poderia significar crescimento, e não queda, nos gastos *per capita* das famílias. A queda observada pode, então, ser devida, entre outras coisas, à alteração da estrutura de consumo, à queda nos preços dos bens adquiridos, às mudanças demográficas e de preferências e expectativas das pessoas.⁸ A precariedade dos dados, uma vez que ainda não foram tratadas estatisticamente as situações de não-resposta dos questionários, nem está disponibilizada a cesta completa dos produtos consumidos, não permitiu que essas hipóteses fossem testadas no âmbito deste trabalho. De qualquer modo, como veremos adiante, há indicações de que, entre as duas pesquisas, houve mudanças significativas nos hábitos de consumo e na composição demográfica das famílias, bem como queda nos preços da maioria dos grupos de produtos, o que pode explicar a diminuição observada nos dispêndios *per capita* das famílias dos grandes centros urbanos do país.

Para o total das áreas, a participação das despesas correntes no total de gastos das famílias apresentou tendência de queda, ao longo do período, devido basicamente à redução dos gastos com consumo. Quando se analisam os dispêndios com consumo, houve uma tendência geral à queda nas despesas com alimentação e vestuário, e aumento nos gastos com aluguel, transporte urbano, assistência à saúde e educação. Essa tendência, contudo, foi menos

6. Os valores de 1987/1988, não obstante estarem expressos em pisos salariais da época, foram deflacionados pela variação do INPC entre as datas referenciais das pesquisas. Assim, a renda mensal média familiar *per capita*, em 1987/1988, era de 3,64 salários-mínimos (SM), a preços da data referencial da POF 1995/1996; e a mediana, de 1,98, contra 3,81 e 2,01 SM, respectivamente, para 1995/1996.

7. Dados de renda da POF devem ser, contudo, utilizados com precaução. A pesquisa é desenhada primordialmente para levantar a estrutura de despesa e consumo das famílias metropolitanas, e não para estimar a renda. A comparação das estimativas de renda derivadas de diferentes pesquisas com as das Contas Nacionais tem apresentando, historicamente, algumas inconsistências, como foi analisado por Lluch (1982). Mesmo a comparação entre pesquisas domiciliares tem apresentado algumas dificuldades, como analisam Barros, Mendonça e Neri (1995).

8. Esses resultados também podem estar sendo afetados significativamente pelo período de comparação. A POF anterior foi realizada sob o efeito do Plano Cruzado, uma experiência mais de controle do que de estabilização de preços, de modo que as famílias antecipavam compras e formavam estoques, devido ao receio da futura elevação de preços. Por outro lado, em 1995/1996, as expectativas eram de uma estabilização mais duradoura; não havia, portanto, motivo para a formação excepcional de estoques.





pronunciada entre 1987 e 1996 do que entre o ENDEF 1974/1975 e a POF 1987/1988.⁹ Por outro lado, houve significativo aumento na participação dos gastos com ativos – um indicador da variação patrimonial das famílias –, notadamente em termos de aquisição de veículos.

Outro fenômeno observado nas duas Pesquisas de Orçamentos Familiares foi o processo de déficit orçamentário das famílias com rendimento até seis SM, que, em média, gastavam mais do que recebiam. Como, em princípio, isso não pode ocorrer permanentemente, ou há problemas com a declaração das informações (subdeclaração de renda e/ou superestimativa de dispêndios), ou há um vasto esquema de financiamento, formal e informal, do consumo familiar brasileiro. De qualquer modo, é aconselhável levar em consideração essa discrepância entre renda e gasto nas estimativas de consumo familiar, uma vez que o que conta efetivamente é a capacidade aquisitiva dos consumidores, que, para as famílias de renda mais baixa, tem como limite os desembolsos e não os recebimentos.

Este trabalho, de caráter exploratório,¹⁰ está organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, são apresentadas as principais características dos domicílios e das famílias dos grandes centros urbanos, em termos de escolaridade, sexo, idade e fonte de recebimento, segundo a pessoa de referência da família.¹¹ A seguir, no capítulo 2, são analisados os resultados sobre a estrutura de recebimento mensal familiar, com comparações com a POF 1987/1988, principalmente em termos da evolução da desigualdade e concentração de renda. O capítulo 3 analisa as mudanças na estrutura de gastos das famílias, em comparação com a pesquisa anterior. Finalmente, no último capítulo, são discutidas as principais conclusões.

2 CARACTERÍSTICAS GERAIS

2.1 Dos domicílios

O total das áreas pesquisadas pela POF 1995/1996 compreendeu 12,5 milhões de domicílios – 39,2% do total dos domicílios urbanos do país –, dos quais cerca de 70% eram próprios e 18,8%, alugados. Dos próprios, 84,5% já estavam pagos. A grande maioria dos domicílios era de casas não rústicas

9. Ver Rocha (1995) para uma análise mais detalhada da evolução da estrutura de consumo para as famílias metropolitanas de São Paulo e Recife, segundo a Endef e a POF 1987/1988.

10. Observe-se que a análise está baseada em dados ainda provisórios, e a falta de microdados (não disponíveis na data de elaboração do trabalho) prejudica o tratamento estatístico dos resultados.

11. A pessoa de referência da família é a responsável pelas principais despesas familiares, ou é indicada pelos membros da família.





(73,4%), com canalização interna de água (93,7%), esgotamento sanitário via rede geral ou fossa séptica (83,4%), e poucos cômodos (60% com cinco ou menos cômodos).

Em comparação com os resultados da pesquisa anterior, houve substancial aumento no percentual de imóveis próprios, e conseqüente redução em domicílios alugados, bem como melhoria geral nas condições de habitabilidade em termos de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, conforme ilustra a tabela 1.

Dado o substancial aumento de imóveis próprios – cerca de 35% entre as duas pesquisas –, seria de se esperar maior impacto sobre os gastos das famílias com os itens das contas patrimoniais.¹² Como veremos adiante, os gastos com aquisição de imóveis, ao contrário, caíram, em comparação com 1987/1988, de modo que o aumento na posse de imóveis deve ter ocorrido ao longo dos anos.¹³

Como mostra a tabela 1, apesar da melhoria geral das condições sanitárias, algumas áreas metropolitanas, principalmente no Nordeste, ainda exibiram índices precários de abastecimento d'água e esgotamento sanitário adequado, com números bem inferiores à média nacional.

12. Os itens relativos ao aumento do ativo referem-se aos gastos com aquisição de imóveis, veículos, linhas telefônicas, etc., e gastos com obras e reformas em imóveis próprios, enquanto os relativos à diminuição do passivo são relativos aos pagamentos de débitos de empréstimos, carnê de mercadorias, prestação de imóveis, etc.

13. Algumas pesquisas recentes detectaram um crescimento muito grande de moradias de baixa qualidade nos grandes centros urbanos do país. As famílias de baixa renda constroem em áreas não legalizadas e *favelas*, para fugir dos gastos com aluguel. Mesmo famílias de renda intermediária começaram a habitar a periferia dos grandes centros urbanos. Ver Motta *et al.* (1997).



TABELA 1
Percentual dos domicílios por diversas características, segundo as áreas da pesquisa

	1995/1996											
	Total das áreas	Belém	Belo Horizonte	Brasília	Curitiba	Fortaleza	Goiânia	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Condição de ocupação												
Próprio	69,8	79,3	70,3	63,2	70,3	73,6	63,9	75,8	76,1	72,2	71,3	65,6
Cedido	9,6	7,5	12,6	15,1	10,0	7,8	12,2	9,4	7,0	7,6	7,2	10,7
Alugado	18,8	11,9	15,1	21,2	18,8	18,0	22,3	12,3	15,0	19,7	14,0	21,8
Outro	1,8	1,3	2,0	0,5	0,9	0,6	1,6	2,5	1,9	0,5	7,6	1,9
Tipo												
Casa não rústica	73,4	75,7	74,1	70,2	82,7	80,9	78,4	70,3	75,5	70,2	70,1	73,8
Apartamento	21,3	10,8	20,9	25,1	16,4	14,7	16,4	26,7	17,0	24,8	23,3	20,3
Casa rústica	3,9	9,2	3,4	0,9	0,8	3,0	3,1	2,9	4,3	3,1	5,4	5,1
Cômodo	1,4	4,3	1,6	3,8	-	1,4	2,1	0,1	3,2	1,8	1,2	0,7
Abastecimento d'água												
Com canalização interna	93,7	80,0	93,9	96,8	96,2	72,3	97,4	94,0	79,2	96,4	87,6	97,7
Sem canalização interna	6,3	20,0	6,1	3,2	3,8	27,7	2,6	6,0	20,8	3,6	12,4	2,3
Esgotamento sanitário												
Rede geral ou fossa séptica	83,4	74,7	79,0	91,2	85,4	61,3	82,5	92,6	41,7	87,2	60,1	92,6
Fossa rudimentar	10,6	12,4	12,8	8,2	11,1	29,0	14,1	3,6	45,3	6,4	21,4	4,4
Não sabe, não tem ou outro	6,0	12,9	8,2	0,6	3,5	9,7	3,4	3,8	13,0	6,5	18,5	3,0
Número de famílias												
Uma família	99,7	99,4	99,8	99,9	99,8	99,6	99,8	99,9	99,7	99,9	99,5	99,6
Duas ou mais famílias	0,3	0,6	0,2	0,1	0,2	0,4	0,2	0,1	0,3	0,1	0,5	0,4

(continua)

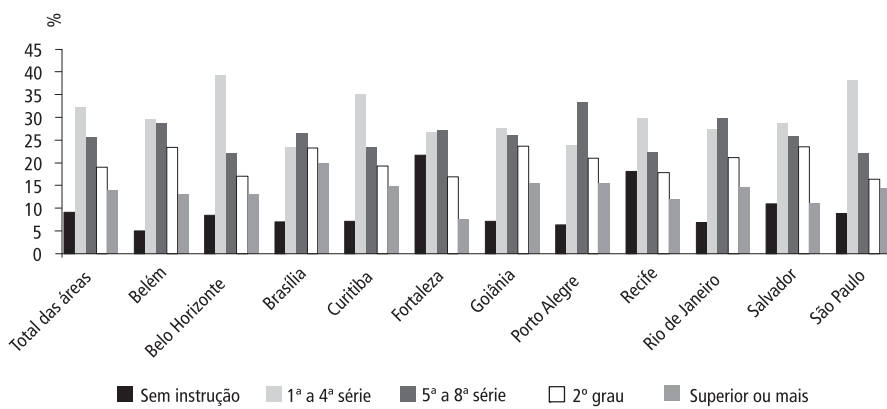
(continuação)

	1987/1988											
Condição de ocupação												
Próprio	58,8	69,9	65,5	48,9	64,2	62,3	58,5	63,0	62,8	54,5	64,7	57,9
Cedido	10,4	8,3	10,2	18,1	11,2	9,2	13,1	11,7	8,2	11,2	8,5	9,3
Alugado	29,3	21,6	23,8	32,7	24,0	28,3	28,3	24,8	28,7	29,7	25,6	32,4
Outro	1,5	0,2	0,5	0,3	0,6	0,1	0,2	0,6	0,4	4,6	1,2	0,4
Tipo												
Casa não rústica	77,2	81,8	83,8	65,2	76,7	83,5	83,1	74,0	77,5	66,9	70,6	84,8
Apartamento	19,6	10,9	15,3	27,9	22,5	10,4	12,8	25,2	13,5	30,1	21,9	12,9
Casa rústica	1,0	0,1	0,5	0,5	0,3	2,9	0,2	0,3	3,1	0,5	3,0	1,2
Cômodo	2,2	7,3	0,5	6,4	0,4	3,1	3,9	0,5	5,9	2,5	4,5	1,1
Abastecimento d'água												
Com canalização interna	90,5	69,8	88,7	88,5	94,2	55,0	85,4	93,9	70,4	91,7	78,3	98,6
Sem canalização interna	9,5	30,2	11,3	11,5	5,8	45,0	14,6	6,1	29,6	8,3	21,7	1,4
Esgotamento sanitário												
Rede geral ou fossa séptica	76,8	60,5	77,5	90,1	86,8	51,6	48,0	87,2	27,6	81,1	48,4	84,8
Fossa rudimentar	13,1	21,5	14,1	1,7	6,7	30,1	43,5	5,5	55,9	7,3	24,5	8,8
Não sabe, não tem ou outro	10,1	18,0	8,4	8,2	6,4	18,3	8,5	7,3	16,6	11,6	27,1	6,4
Número de famílias												
Uma família	99,5	98,8	99,7	99,7	98,7	99,5	99,6	99,8	99,5	99,5	99,0	99,7
Duas ou mais famílias	0,5	1,2	0,3	0,3	1,3	0,5	0,4	0,2	0,5	0,5	1,0	0,3

Fonte: IBGE, POF 1987/1988 e 1995/1996.



GRÁFICO 1
Distribuição percentual das famílias por escolaridade, segundo as áreas da pesquisa (1995/1996)



Fonte: Tabela 2.

2.2 Das famílias

A baixa escolaridade, a crescente dependência de proventos da aposentadoria e o aumento de famílias chefiadas por mulheres condicionam um quadro urbano de perda de dinamismo econômico e deterioração das condições de vida, nas grandes metrópoles. Com efeito, como ilustra o gráfico 2a, para o total das áreas da pesquisa, cerca de 35% das famílias recebiam mensalmente até 5 SM, enquanto perto de 11,0% das famílias ganhavam mais de 30 SM, em média, por mês.

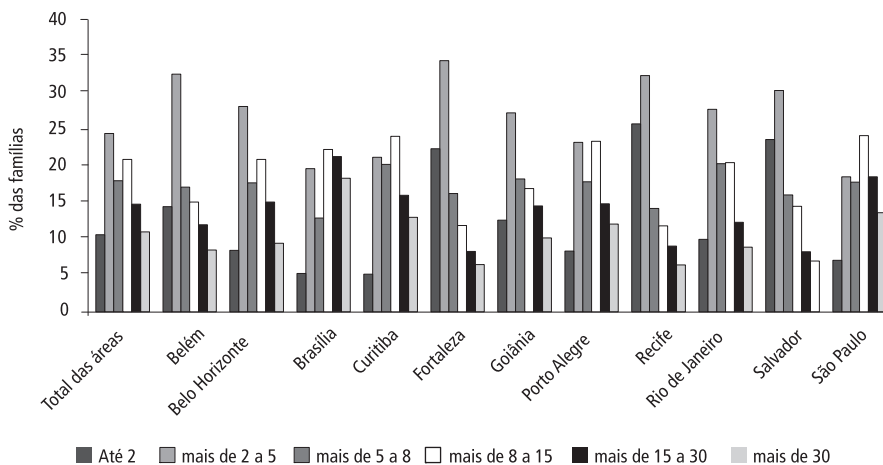
A distribuição de rendimentos, contudo, foi bastante desigual entre as áreas estudadas. As regiões metropolitanas do Nordeste tiveram um percentual bastante elevado de famílias com renda de até 5 SM (mais de 50% do total de famílias), enquanto Brasília, Curitiba e São Paulo tinham a menor proporção de famílias nesse estrato. As áreas metropolitanas com maior percentual de famílias nos estratos mais elevados de renda foram Brasília, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre. Brasília foi a única metrópole onde as famílias que percebiam acima de 15 SM ultrapassaram todos os demais estratos. São Paulo, por sua vez, tinha a maior concentração de suas famílias com renda entre 5 e 15 SM.

O gráfico 2b apresenta a distribuição percentual das famílias, por rendimentos, em 1987/1988, para efeito de comparação com a pesquisa mais recente.



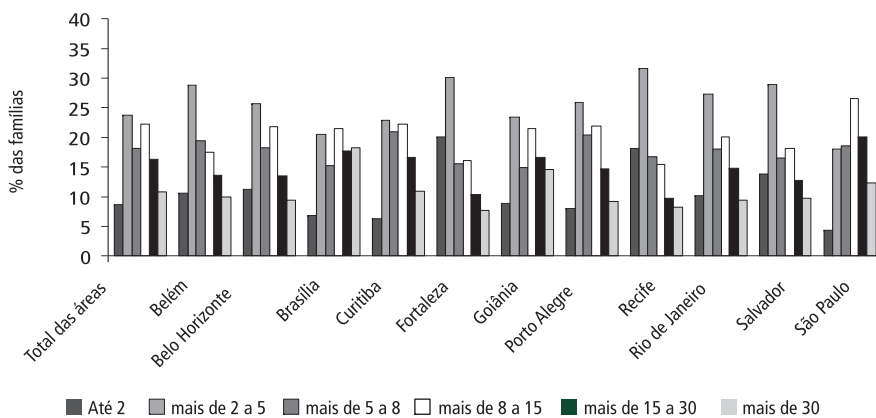


GRÁFICO 2A
Distribuição percentual das famílias por classe de renda mensal familiar (1995/1996)



Fonte: IBGE, POF 1995/1996.

GRÁFICO 2B
Distribuição percentual das famílias por classe de renda mensal familiar (1987/1988)



Fonte: IBGE, POF 1987/1988.



TABELA 2
Percentual das famílias, por diversas características da pessoa de referência, segundo as áreas da pesquisa

	Total das áreas	1995 /1996 ¹										
		Belém	Belo Horizonte	Brasília	Curitiba	Fortaleza	Goiânia	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Sexo												
Homens	74,8	71,8	73,4	74,3	77,6	74,1	72,7	75,7	70,0	75,6	72,0	75,4
Mulheres	25,2	28,2	26,6	25,7	22,4	25,9	27,3	24,3	30,0	24,4	28,0	24,6
Grupos de idade												
10 a 29 anos	15,2	13,9	15,0	19,7	18,9	16,8	18,3	15,0	13,9	13,2	15,4	15,6
30 a 49 anos	49,8	48,9	53,1	52,9	48,2	50,3	51,4	52,4	47,8	47,0	51,9	50,4
50 a 69 anos	26,8	29,1	25,1	23,7	26,7	24,8	25,2	25,9	30,4	30,2	25,4	25,3
70 anos ou mais ²	8,1	8,1	6,9	3,7	6,2	8,0	5,1	6,7	7,8	9,6	7,2	8,6
Nível de instrução												
Sem instrução ²	9,1	5,0	8,4	7,0	7,1	21,6	7,1	6,3	18,1	6,9	10,9	8,8
1 ^a a 4 ^a série do 1 ^o grau	32,1	29,7	39,3	23,4	35,1	26,7	27,6	23,8	29,7	27,5	28,6	38,2
5 ^a a 8 ^a série do 1 ^o grau	25,7	28,8	22,1	26,6	23,5	27,2	26,2	33,4	22,3	29,8	25,9	22,1
1 ^a a 3 ^a série do 2 ^o grau	19,1	23,4	17,1	23,2	19,4	16,9	23,7	21,0	17,8	21,1	23,6	16,4
Superior	13,4	12,2	12,3	19,4	13,9	7,0	14,9	14,4	11,8	14,0	10,8	13,7
Mestrado ou doutorado	0,7	0,8	0,8	0,5	1,1	0,5	0,4	1,1	0,2	0,7	0,2	0,7
Principal origem do recebimento												
Empregado	47,2	37,9	45,8	54,5	47,2	45,1	46,2	50,2	40,3	49,3	41,9	47,2
Empregador	2,7	2,5	2,9	2,5	3,3	2,5	3,5	3,6	2,8	2,0	1,6	2,9
Conta-própria	22,1	28,8	21,4	21,2	24,8	25,2	26,9	19,9	23,5	18,6	25,0	23,3
Transferências	22,1	22,9	22,7	15,4	18,7	23,1	14,3	19,4	28,6	26,5	21,2	20,0
Rendimento de aluguel	1,8	0,9	1,9	2,9	1,3	0,6	3,3	1,5	1,3	1,0	1,8	2,5
Outros recebimentos	2,0	0,7	2,6	1,7	2,8	1,1	2,7	3,4	0,8	1,1	0,9	2,6
Sem recebimento	2,2	6,3	2,5	1,7	1,9	2,4	3,0	2,0	2,7	1,6	7,6	1,5

(continua)

(continuação)

Sexo	1987/1988											
Sexo												
Homens	78,9	75,9	77,6	74,0	79,0	78,5	76,8	77,3	75,9	77,2	73,8	82,6
Mulheres	21,1	24,1	22,4	26,0	21,0	21,5	23,2	22,7	24,1	22,8	26,2	17,4
Grupos de idade												
10 a 29 anos	16,2	17,4	15,0	18,3	20,4	17,3	19,4	19,0	16,4	13,3	18,8	16,7
30 a 49 anos	50,1	47,9	49,1	57,6	50,1	49,2	51,4	48,3	47,4	47,8	51,0	51,9
50 a 69 anos	28,5	28,5	29,4	22,5	25,5	27,8	24,7	26,2	29,8	31,9	26,1	27,6
70 anos ou mais ²	5,2	6,2	6,5	1,6	4,1	5,7	4,5	6,4	6,4	7,0	4,1	3,9
Nível de instrução												
Sem instrução ²	10,1	7,8	10,3	10,2	6,8	24,2	12,5	8,1	18,8	8,8	14,1	8,7
1 ^a a 4 ^a série do 1 ^o grau	40,5	36,0	47,3	25,5	41,5	32,1	34,0	32,2	35,4	43,3	37,1	42,8
5 ^a a 8 ^a série do 1 ^o grau	19,9	23,3	15,6	21,1	16,3	17,1	18,9	26,1	18,4	18,8	17,9	21,2
1 ^a a 3 ^a série do 2 ^o grau	15,1	19,9	14,1	20,2	18,5	17,1	18,7	18,2	16,0	13,7	19,6	13,4
Superior	13,6	12,4	12,3	21,4	16,4	8,7	14,9	14,3	10,8	14,2	10,4	13,4
Mestrado ou doutorado	0,9	0,5	0,5	1,6	0,6	0,8	1,0	1,1	0,5	1,3	0,9	0,6
Principal origem do recebimento												
Empregado	53,6	45,3	49,9	61,7	53,9	48,1	46,7	49,9	49,1	53,7	55,0	56,3
Empregador	4,0	2,9	2,5	3,5	4,0	4,2	5,3	4,6	3,4	3,8	3,3	4,5
Conta-própria	17,4	27,0	16,6	17,1	17,3	23,3	21,9	17,0	17,9	13,6	20,0	18,7
Transferências	19,8	19,9	24,9	10,6	17,8	19,3	15,4	23,1	25,3	24,7	17,3	15,5
Rendimento de aluguel	1,9	2,0	2,6	2,3	2,2	0,7	5,4	1,8	1,2	1,6	1,3	2,1
Outros recebimentos	2,3	2,3	2,7	3,5	4,0	3,6	4,6	3,1	2,9	1,8	2,4	1,8
Sem recebimento	0,9	0,7	0,8	1,3	0,8	0,7	0,7	0,6	0,2	0,9	0,8	1,2

Fonte: IBGE, POF 1987/1988 e 1995/1996.

Notas: ¹ Exclusivo sem declaração.² Inclusive ignorado.



Para o total das áreas, entre as duas pesquisas, aumentou a proporção de famílias com renda de até 5 SM por mês, bem como a das famílias que recebiam mais de 30 SM; em todos os demais estratos intermediários a proporção caiu. A proporção das famílias mais pobres (até 2 SM) caiu apenas em Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Brasília e Curitiba, e, somente nessas duas últimas metrópoles, diminuiu também a proporção das famílias no estrato entre 2 e 5 SM, como no de mais de 5 até 8 SM. Brasília, contudo, diferenciou-se de Curitiba, pois, nessa cidade, a proporção das famílias em todos os demais estratos de renda aumentou, enquanto que, em Curitiba, esse aumento não foi uniforme, e caiu para as famílias que percebiam entre 15 e 30 SM. Note-se os resultados para Porto Alegre, onde a proporção das famílias foi maior, tanto no estrato mais baixo de renda quanto nos mais altos. Entretanto, caiu a proporção de famílias que recebiam entre mais de 2 até 8 SM. Em São Paulo, cresceu a proporção das famílias mais pobres (até 5 SM), e das mais ricas (mais de 30 SM). Em contraste, caiu a das famílias pertencentes aos demais estratos de renda. Em Belém, Recife e Salvador aumentou a proporção das famílias mais pobres (até 5 SM), e diminuiu a proporção de todos os outros estratos de renda. Em Fortaleza, o quadro é semelhante, salvo pelo aumento da proporção das famílias que recebiam entre mais de 5 até 8 SM. Por sua vez, no Rio de Janeiro, diminuiu a proporção das famílias com até 2 SM, mas também caiu a das mais ricas, e essa foi a única metrópole onde aumentou a proporção das famílias em todos os demais estratos de renda.

A tabela 3 mostra a distribuição das famílias por classes de renda, segundo algumas características da pessoa de referência.

Para o total das áreas, a maior concentração das famílias chefiadas por mulheres encontrava-se nos menores estratos de renda, e 18% dessas famílias percebiam até 2 SM. Os resultados foram similares para chefes de família mais jovens e sem instrução. Em termos de grupos de idade, a maior concentração de famílias no menor estrato de renda foi a das chefiadas por jovens (até 29 anos) ou por mais velhos (60 anos ou mais). Entre as famílias com menor nível de escolaridade, a maior concentração estava nos estratos de renda mais baixos, em contraste com os de maior escolaridade, nos quais 69,7% dos que tinham pós-graduação ganhavam mais de 30 SM. Por sua vez, a maior proporção dos chefes de família que são empregadores ou recebem rendimentos de aluguel ou outros recebimentos encontrava-se no maior estrato de renda (acima de 30 SM).

Esses resultados, com efeito, afetaram os graus de concentração e desigualdade da renda nas áreas pesquisadas pela POF, como é analisado no próximo capítulo.



TABELA 3
**Percentual das famílias, por classes de recebimento mensal familiar, segundo algumas características da pessoa de referência -
 Total das áreas (1995/1996)**

Características da pessoa de referência	Total ¹	Famílias									
		Classes de recebimento mensal familiar (salário-mínimo)									
		Até 2 ²	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30
Total	100	10,61	8,81	15,73	7,06	11,01	7,75	13,21	7,45	7,37	10,99
5ª a 8ª série do 1º grau	100	9,58	9,87	17,71	8,77	13,64	9,71	15,02	7,30	4,46	3,93
Completo	100	6,69	7,78	11,84	9,40	14,06	11,50	17,35	9,32	6,37	5,69
Incompleto	100	11,89	11,56	22,43	8,26	13,30	8,28	13,15	5,68	2,94	2,51
1ª a 3ª série do 2º grau	100	3,18	5,15	11,26	6,06	12,1	8,90	17,57	10,86	12,81	12,03
Completo	100	2,55	4,12	9,84	5,69	11,18	8,83	18,12	11,55	13,60	14,51
Incompleto	100	4,78	7,77	14,88	6,99	14,67	9,08	16,18	9,11	10,81	5,72
Superior	100	0,54	0,96	2,90	1,66	3,49	4,54	12,40	11,33	16,36	45,80
Completo	100	0,35	0,76	2,43	1,40	3,40	3,50	10,33	10,07	16,07	51,67
Incompleto	100	1,07	1,52	4,20	2,39	3,74	7,46	18,21	14,88	17,18	29,34
Mestrado ou doutorado	100	n.d.	n.d.	0,28	n.d.	1,36	2,88	3,03	8,64	14,12	69,70
Ignorado	100	24,47	28,52	8,99	4,42	6,36	4,19	7,81	6,93	8,31	n.d.
Principal origem do recebimento											
Empregado	100	7,73	8,55	15,97	8,17	12,24	8,61	14,74	7,06	7,64	9,28
Empregador	100	0,05	0,60	2,78	2,62	4,71	5,05	12,45	14,55	14,27	42,91
Conta-própria	100	10,73	8,52	17,92	8,42	11,59	8,17	11,31	7,73	6,33	9,28
Transferências	100	17,06	10,77	15,86	4,97	9,29	6,50	12,54	7,43	6,36	9,22
Rendimento de aluguel	100	8,16	6,35	11,97	3,38	12,78	7,01	13,76	9,01	7,57	20,02
Outros recebimentos	100	1,12	2,50	1,34	0,55	4,95	3,76	11,10	7,19	20,02	47,47
Sem recebimento	100	29,68	15,41	19,36	4,59	7,75	5,27	8,56	3,39	2,30	3,68

(continua)

Características da pessoa de referência	Famílias										
	Total ¹	Classes de recebimento mensal familiar (salário-mínimo)									
		Até 2 ²	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30
Total	100	10,61	8,81	15,73	7,06	11,01	7,75	13,21	7,45	7,37	10,99
Sexo											
Homens	100	8,13	8,09	15,02	7,35	11,41	8,12	13,66	7,63	8,00	12,59
Mulheres	100	17,95	10,97	17,84	6,18	9,82	6,67	11,88	6,90	5,53	6,28
Grupos de idade											
10 a 19 anos	100	25,48	26,65	18,45	5,44	19,12	0,46	0,73	3,66	n.d.	n.d.
20 a 29 anos	100	14,01	11,31	19,88	8,15	12,76	7,07	13,12	5,08	3,59	5,02
30 a 39 anos	100	9,11	8,46	16,44	8,77	10,20	8,71	12,91	7,08	8,08	10,24
40 a 49 anos	100	7,56	7,52	14,44	6,26	11,64	8,33	13,28	9,53	8,56	12,88
50 a 59 anos	100	8,45	6,51	14,38	6,03	11,40	7,40	14,29	8,09	10,54	12,91
60 a 69 anos	100	14,12	8,06	12,82	6,35	10,90	7,20	14,61	6,83	5,12	13,99
70 anos ou mais	100	16,62	13,48	16,45	5,15	7,41	6,19	10,86	6,52	5,91	11,42
Idade ignorada	100	30,02	54,20	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	15,79	n.d.
Nível de instrução											
Sem instrução	100	30,28	16,00	17,74	7,64	10,28	4,92	6,97	3,78	0,97	1,44
Pré - escolar											
1ª a 4ª série do 1º grau	100	14,72	11,53	21,92	8,52	11,76	7,75	11,48	4,93	4,38	3,01
Completo	100	11,42	9,56	19,35	8,88	12,23	8,36	14,64	5,82	6,03	3,72
Incompleto	100	18,62	13,87	24,97	8,09	11,21	7,02	7,74	3,87	2,44	2,16

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Notas: ¹ Excluído sem declaração.

² Inclusivo sem recebimento.

Obs.: n.d. = dado não disponível.



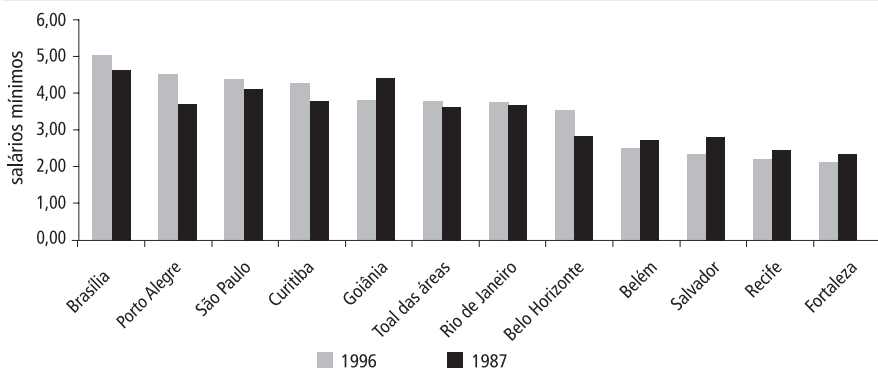
3 RENDIMENTOS

A tabela 4 mostra a evolução da renda média mensal familiar, total e *per capita*, assim como alguns indicadores de desigualdade de renda entre as duas pesquisas. Os resultados da tabela foram obtidos com a exclusão das respostas sem declaração dos dados da POF 1995/1996 e a atualização dos valores para 1987/1988, pela variação do INPC entre as datas referenciais das pesquisas.¹⁴

Para o total das áreas, há um pequeno aumento na renda familiar *per capita* média e mediana, entre as pesquisas. Esse crescimento foi observado em quase todas as regiões, exceto as metrópoles do Nordeste, Belém e Goiânia. O aumento da renda média foi extraordinário em Belo Horizonte (25,3%) e Porto Alegre (22,3%). Em contraste, tanto a renda média quanto a mediana caíram cerca de 15% em Salvador. Em São Paulo a renda média subiu acima da média nacional, mas a mediana decresceu quase 2% entre as duas pesquisas.

O gráfico 3 apresenta as áreas da pesquisa em 1995/1996, ordenadas pelo rendimento médio. Para o total das áreas, a renda média mensal familiar *per capita* que, em 1987/1988, era de 3,64 SM, aumentou para 3,81 SM, em 1995/1996; a renda mediana cresceu, nesse período, perto de 1%. Áreas como Brasília, Porto Alegre, São Paulo, Curitiba e Goiânia tinham rendas médias acima da média nacional em 1996. Para as metrópoles do Nordeste, a renda média *per capita* foi menor que 2,5 SM, com a mediana em torno de 1 SM. Brasília, em contraste, não apenas tinha a média mais elevada (5 SM), como também a maior renda mediana (3 SM).

GRÁFICO 3
Renda média familiar *per capita*, segundo as áreas da pesquisa (1987/1996)



Fonte: Tabela 4.

14. Os dados da tabela 4 foram gerados a partir do programa Despob, gentilmente cedido pelo professor Rodolfo Hoffmam. À falta de microdados, os autores optaram por excluir o número de famílias sem declaração nos dados da POF 1995/1996 (cerca de 966.162 famílias, com uma renda *per capita* equivalente a 3,16 SM mensais), para efeito de combatibilização com a POF 1987/1988 em termos da estratificação de renda utilizada pelo IBGE. Esse procedimento pode afetar claramente os valores apresentados na tabela 4, embora, a nosso juízo, as tendências apontadas no texto não devam mudar significativamente quando forem publicados os dados finais da pesquisa, após a incorporação do tratamento estatístico dos casos sem resposta.



TABELA 4

Rendimento médio mensal das famílias, total e *per capita*, e indicadores de desigualdade de renda, segundo as áreas da pesquisa

Áreas da pesquisa	Número de famílias	Rendimento médio mensal familiar total (em salários - mínimos)	Participação percentual		Rendimento médio mensal <i>per capita</i> familiar (em salários - mínimos)		Gini	Theil	10-	50-	10+	1+
			Famílias	Rendimento	Médio	Mediano						
Belém	203 752	2 292 351	1,76	1,40	2,52	1,19	0,585	0,497	1,08	12,90	45,07	12,72
Belo Horizonte	803 579	10 893 259	6,94	6,67	3,57	1,89	0,564	0,492	1,01	13,94	43,49	13,92
Brasília	382 596	7 569 507	3,30	4,64	5,05	3,02	0,547	0,465	0,92	13,99	41,44	13,20
Curitiba	567 548	8 955 862	4,90	5,49	4,29	2,38	0,554	0,472	1,17	15,13	42,26	13,01
Fortaleza	535 254	5 019 066	4,62	3,08	2,14	0,95	0,621	0,572	0,80	11,74	50,73	16,30
Goiânia	252 228	3 536 105	2,18	2,17	3,83	1,74	0,608	0,565	0,83	11,94	47,68	16,80
Porto Alegre	865 570	13 224 630	7,48	8,10	4,55	2,41	0,570	0,505	0,97	13,90	44,49	14,53
Recife	596 708	5 393 228	5,15	3,30	2,23	0,97	0,616	0,535	0,71	11,26	48,45	13,40
Rio de Janeiro	2 813 698	36 125 205	24,30	22,14	3,78	1,98	0,573	0,518	1,09	14,15	45,90	15,25
Salvador	587 441	5 592 964	5,07	3,43	2,37	1,12	0,615	0,546	0,64	11,60	49,23	14,52
São Paulo	3 969 533	64 595 071	34,29	39,58	4,40	2,45	0,538	0,443	1,01	15,14	40,41	11,98
Total das áreas	11 577 907	163 197 248	100,00	100,00	3,81	2,01	0,572	0,494	0,91	13,46	43,87	13,61
1987 ²												
Belém	221 720	3 130 136	2,01	1,92	2,74	1,25	0,603	0,567	0,91	12,57	48,33	17,18
Belo Horizonte	732 552	9 347 172	6,65	5,72	2,85	1,59	0,546	0,444	0,95	14,72	41,59	11,35
Brasília	378 506	7 654 252	3,44	4,69	4,64	2,34	0,552	0,483	0,81	12,35	45,16	15,50
Curitiba	487 284	7 406 141	4,42	4,54	3,80	2,04	0,590	0,534	1,13	14,97	43,24	14,02
Fortaleza	413 524	4 661 538	3,75	2,85	2,36	1,06	0,619	0,570	0,74	11,47	49,49	16,49
Goiânia	226 749	4 206 862	2,06	2,58	4,44	2,10	0,616	0,598	0,76	11,63	49,13	18,73
Porto Alegre	777 494	10 173 142	7,06	6,23	3,72	2,12	0,531	0,425	1,13	15,77	40,19	10,98
Recife	572 017	6 433 780	5,19	3,94	2,47	1,13	0,612	0,557	0,68	12,02	49,35	15,75
Rio de Janeiro	2 860 879	39 186 169	25,97	24,00	3,69	1,93	0,575	0,514	0,96	13,58	45,14	14,88
Salvador	455 178	6 168 182	4,13	3,78	2,82	1,33	0,610	0,568	0,75	11,79	48,52	16,80
São Paulo	3 888 185	64 927 748	35,30	39,76	4,13	2,50	0,520	0,434	1,22	16,58	40,14	12,44
Total das áreas	11 014 088	163 294 474	100,00	100,00	3,64	1,98	0,560	0,487	0,94	14,25	43,36	13,80

Fonte: IBGE, POF 1987/1988 e 1995/1996.

Notas: ¹ Excluído os sem declaração.² Os valores da POF 1987/1988 foram deflacionados pelo INPC, considerando-se as datas referenciais das pesquisas.



3.1 Concentração e desigualdade

A concentração de renda aumentou ligeiramente, entre as duas pesquisas. Para o total das áreas, em 1996, os 10% mais pobres recebiam 0,91% da renda total, enquanto os 10% mais ricos detinham 43,9% da renda – situação não muito diferente da observada na pesquisa anterior (0,94% e 43,4%, respectivamente). No Nordeste, essa desigualdade foi ainda mais acentuada. Em Salvador, por exemplo, os 10% mais pobres detinham apenas 0,64% da renda, e os 10% mais ricos recebiam quase 50% da renda total. O quadro é similar em Fortaleza (0,80%, contra 50,73%) e Recife (0,71%, contra 48,45%). Em São Paulo, apesar de os 10% mais pobres receberem quase 1% da renda, a participação, tanto dos 10% mais ricos quanto dos 1%, foi inferior à média para o total das áreas (40,4% e 12,0%, respectivamente). Essa metrópole apresenta, também, a maior participação (15,1%), entre todas as áreas, dos 50% mais pobres na renda total.

A participação dos 10% mais ricos também foi menor que a média nacional em Brasília, Curitiba e Belo Horizonte.

De modo geral, para o total das áreas, há uma queda percentual na participação dos 10% com rendas mais baixas na renda total; em Porto Alegre, Salvador e São Paulo, essa queda foi bastante acentuada. O maior impacto, contudo, foi na participação dos 50% mais pobres que, em 1987, detinham 14,2% da renda e, em 1996, ficavam apenas com 13,5% da renda, para o total das áreas. Em Recife, São Paulo e Porto Alegre, essa queda foi ainda mais pronunciada, e, nessa última metrópole, os valores caíram de 15,8%, em 1987, para 13,9%, em 1996.

Em contrapartida, os 10% mais ricos aumentaram ligeiramente sua participação, embora, em Porto Alegre e Salvador, essa elevação tenha sido bastante expressiva.

De modo geral, entretanto, os 1% mais ricos diminuíram sua participação na renda total, com exceção do Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Porto Alegre. Nestas duas últimas metrópoles, com efeito, o aumento da participação dos 1% mais ricos foi de 22,7% e 32,3%, respectivamente.

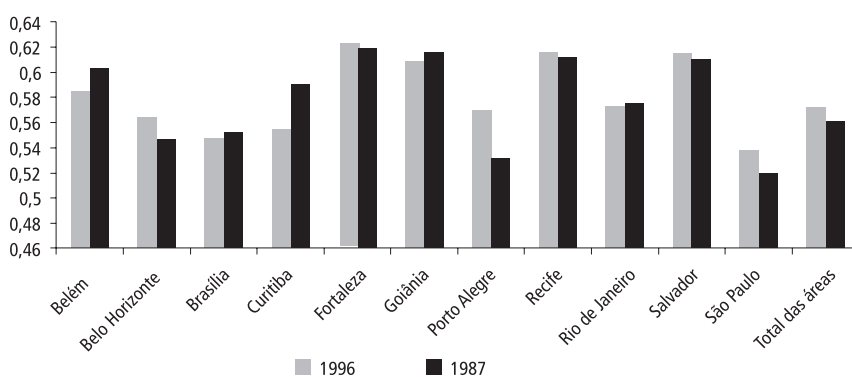
A evolução da concentração de renda, entre as duas pesquisas, medida pelo índice de Gini, é ilustrada no gráfico 4. Para o total das áreas, há uma pequena elevação, em 1996, na concentração de renda, principalmente em Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo, quando comparada com 1987. Em contraste, a concentração caiu em Belém, Brasília, Curitiba e Goiânia; e permaneceu praticamente inalterada nas demais regiões.





As metrópoles do Nordeste, mesmo praticamente sem alteração nos índices de Gini entre as pesquisas, tinham a renda mais concentrada, entre todas as áreas. Fortaleza foi a região metropolitana de maior concentração. São Paulo e Brasília, por sua vez, estavam entre as áreas de menor concentração.

GRÁFICO 4
Índice de Gini da distribuição da renda média mensal *per capita* das famílias, segundo as áreas da pesquisa (1996/1987)



Fonte: Tabela 4.

3.2 Dos grupos especiais

A tabela 5 mostra o rendimento médio familiar *per capita* por diferentes grupos de famílias, conforme a característica da pessoa de referência. A tabela ilustra o fato, já mencionado, de que as famílias mais jovens, chefiadas por mulheres e com baixa escolaridade percebiam uma renda média bem inferior à das demais classes. Em contraste, famílias encabeçadas por homens no *prime age* e com elevados níveis de instrução tinham renda mais alta.

A renda é positivamente associada com os níveis de escolaridade.¹⁵ Como é analisado amplamente na literatura, a renda aumenta à medida que a pessoa amplia seus estudos. Para o total das áreas da pesquisa, por exemplo, os chefes de família que concluíram quatro anos de estudos ganhavam, em média, mais de 80%, comparados com os que não tinham nenhuma instrução. Contudo, o término da 8ª série acrescentou apenas cerca de 16% de renda acima dos que concluíram a 4ª série. Em contraste, terminar o 2º grau ou ter curso superior elevava substancialmente a renda. Quem tinha curso superior concluído, comparado com o 2º grau, mais do que dobrava sua renda, e percebia, na média,

15. Essa associação, contudo, não pode ser vista de modo simplista, uma vez que outras variáveis são importantes na determinação da renda.





quase quatro vezes mais em relação aos que terminaram a 8ª série do 1º grau. Ter pós-graduação também faz uma enorme diferença, pois acrescenta cerca de 36% a mais na renda quando comparado com o curso superior completo.

A origem do recebimento também afetou a renda. As rendas auferidas do trabalho, da atividade econômica individual ou das transferências tenderam a ser inferiores às do empregador, aluguel e de outros recebimentos. Como mostra a tabela 6, cerca de dois terços dos rendimentos vinham do trabalho, enquanto as transferências responderam por 14,7%, e os outros recebimentos, por 8,1%. Praticamente metade dos rendimentos teve como origem o trabalho assalariado (empregados), em contraste com os rendimentos de aluguel, que representaram apenas 3,3% do total dos rendimentos.¹⁶

Observe-se que a participação da fonte de renda *outros recebimentos* – basicamente empréstimos e aplicações de capital – chegou a ultrapassar 10% em algumas metrópoles. Brasília, que é predominantemente uma cidade administrativa, apresentou a maior proporção de rendimentos provenientes do trabalho assalariado entre as áreas da pesquisa (63,8%, contra uma média nacional de 49,8%).

A tabela 6 mostra, também, a distribuição percentual dos recebimentos por classe de renda para as famílias que recebiam até 2 SM, e para as que se encontravam no último estrato de renda (mais de 30 SM). De modo geral, a proporção da renda proveniente de trabalho individual e das transferências foi maior para as famílias no estrato inferior de renda do que na média dos estratos. Para o total das áreas, as transferências representaram mais de 30% das fontes de recebimento para as famílias que percebiam até 2 SM, e, em Porto Alegre, esse percentual atingiu 42,8%. A participação de outros recebimentos, como era esperado, foi mais elevada para as famílias que recebiam acima de 30 SM; em Belo Horizonte e Goiânia, estes chegaram a representar mais de 20% do total das fontes de renda. Em contraste, essa participação, para as famílias no menor estrato de renda, é inexpressiva: menos de 1% para o total das áreas.

16. Na POF, empregado é toda pessoa que trabalha para um empregador, com uma remuneração que inclui horas extras, participação nos lucros, auxílio-refeição, auxílio-transporte, etc. *Conta própria* é a pessoa que, individualmente ou com auxiliares não-remunerados, explora uma atividade econômica ou exerce uma profissão ou ofício. As transferências, por sua vez, são rendimentos brutos provenientes da aposentadoria, pública ou privada, de bolsa de estudo, de pensões alimentícias, mesadas e doações, e demais transferências interfamiliares e transitórias (heranças, indenizações, auxílios, etc.).



TABELA 5

Recebimento mensal familiar *per capita*, por classes de recebimento mensal familiar, segundo algumas características da pessoa de referência – total das áreas (1995/1996)

Características da pessoa de referência	Recebimento médio mensal familiar <i>per capita</i> (R\$)										
	Total ¹	Classes de recebimento mensal familiar (salário-mínimo)									
		Até 2 ²	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30
Total	3,84	0,45	0,74	1,07	1,47	1,84	2,33	3,18	4,49	6,53	16,08
Sexo											
Homens	4,69	0,47	0,78	1,13	1,56	1,98	2,52	3,46	4,96	7,32	18,65
Mulheres	3,23	0,45	0,76	1,12	1,55	1,92	2,44	3,42	4,82	7,18	19,46
Grupos de idade											
10 a 19 anos	1,13	0,39	0,74	1,14	1,59	1,82	2,38	2,59	4,42	n.d.	n.d.
20 a 29 anos	2,73	0,49	0,79	1,13	1,55	1,96	2,60	3,47	4,93	7,19	15,21
30 a 39 anos	4,04	0,45	0,78	1,14	1,57	1,99	2,51	3,42	4,98	7,51	16,66
40 a 49 anos	4,89	0,46	0,77	1,11	1,57	1,98	2,46	3,51	4,85	7,37	19,05
50 a 59 anos	4,86	0,45	0,76	1,12	1,60	1,93	2,46	3,36	4,86	7,19	18,51
60 a 69 anos	4,98	0,44	0,78	1,16	1,52	1,94	2,39	3,47	5,24	7,02	20,92
70 anos ou mais	4,58	0,45	0,73	1,08	1,47	1,99	2,65	3,57	4,78	6,82	23,52
Idade ignorada	1,69	0,27	0,87	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	7,29	n.d.
Nível de instrução											
Sem instrução	1,55	0,43	0,76	1,08	1,54	1,91	2,41	3,21	4,76	6,72	13,26
Pré -escolar											
1ª a 4ª série do 1º grau	2,45	0,46	0,77	1,12	1,55	1,96	2,54	3,53	4,79	7,31	15,58
Completo	2,82	0,47	0,78	1,11	1,53	1,98	2,49	3,60	4,78	7,41	15,12
Incompleto	2,01	0,45	0,76	1,13	1,57	1,95	2,62	3,39	4,81	7,04	16,52

(continua)

(continuação)

Características da pessoa de referência	Recebimento médio mensal familiar <i>per capita</i> (R\$)										
	Total ¹	Classes de recebimento mensal familiar (salário-mínimo)									
		Até 2 ²	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30
Total	3,84	0,45	0,74	1,07	1,47	1,84	2,33	3,18	4,49	6,53	16,08
5 ^a a 8 ^a série do 1 ^o grau	2,76	0,48	0,78	1,13	1,58	1,98	2,47	3,40	4,80	7,25	13,28
Completo	3,28	0,49	0,78	1,15	1,58	1,98	2,45	3,43	4,86	7,41	12,70
Incompleto	2,34	0,47	0,78	1,12	1,59	1,97	2,50	3,37	4,72	6,97	14,36
1 ^a a 3 ^a série do 2 ^o grau	5,14	0,47	0,76	1,17	1,54	1,96	2,49	3,44	5,10	7,19	18,25
Completo	5,70	0,45	0,73	1,14	1,54	1,94	2,52	3,46	5,17	7,10	18,60
Incompleto	3,71	0,49	0,80	1,21	1,55	1,99	2,43	3,37	4,90	7,46	15,99
Superior	11,82	0,49	0,86	1,19	1,60	1,99	2,51	3,53	5,06	7,32	20,17
Completo	13,20	0,45	0,99	1,19	1,52	2,02	2,45	3,60	5,14	7,29	20,92
Incompleto	7,96	0,52	0,68	1,18	1,72	1,92	2,59	3,43	4,90	7,40	16,44
Mestrado ou doutorado	18,02	n.d.	n.d.	0,84	n.d.	1,78	2,42	3,36	4,51	10,19	22,81
Ignorado	1,90	0,37	0,69	1,32	1,48	2,08	2,30	3,52	4,04	7,29	n.d.
Principal origem do recebimento											
Empregado	4,11	0,52	0,80	1,15	1,60	2,00	2,55	3,47	4,98	7,46	18,35
Empregador	11,23	0,46	0,77	1,98	1,54	1,82	2,53	3,41	5,19	7,48	19,90
Conta-própria	3,66	0,43	0,75	1,09	1,50	1,91	2,38	3,44	4,77	6,80	16,65
Transferências	3,74	0,45	0,75	1,10	1,50	1,96	2,39	3,41	4,91	6,86	18,47
Rendimento de aluguel	6,89	0,44	0,73	1,05	1,55	1,90	3,66	3,60	4,98	7,52	22,56
Outros recebimentos	13,88	0,34	0,83	0,99	1,90	1,74	2,81	3,75	5,09	8,41	23,29
Sem recebimento	2,12	0,31	0,76	1,13	1,53	1,90	2,44	3,38	4,74	10,54	17,19

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Notas: ¹ Excluído sem declaração.² Inclusive sem recebimento.

Obs.: n.d. = dado não disponível.

TABELA 6
Percentual do recebimento médio mensal familiar *per capita*, por origem do recebimento, segundo as áreas da pesquisa (1995/1996)

Áreas da pesquisa	Origem do recebimento (%)								
	Rendimento do trabalho			Trabalho/Empregado			Transferências		
	Total	Até 2 SM ²	> de 30	Total	Até 2 SM ²	> de 30	Total	Até 2 SM ²	> de 30
Total das áreas	73,89	66,05	67,49	49,76	42,89	42,12	14,71	31,89	14,44
Belém	76,11	78,97	75,12	50,25	35,77	53,53	18,35	20,54	15,17
Bejo Horizonte	69,76	64,89	58,51	46,76	39,09	34,97	15,60	34,13	17,58
Brasília	77,87	67,72	73,11	63,79	32,88	62,97	14,36	15,67	17,16
Curitiba	74,16	54,10	66,98	47,71	25,83	40,07	11,84	43,67	12,29
Fortaleza	73,99	71,81	69,07	47,00	44,94	42,49	16,87	26,77	15,56
Goiânia	73,50	71,10	62,64	44,06	47,54	35,60	9,36	25,59	9,55
Porto Alegre	72,33	54,83	66,38	53,25	31,29	50,35	16,44	42,84	18,31
Recife	69,25	68,06	66,02	47,25	36,31	45,38	22,41	31,05	20,17
Rio de Janeiro	70,57	64,92	63,80	47,95	50,63	38,23	20,77	33,39	22,08
Salvador	70,47	72,97	62,58	49,36	40,86	43,90	18,25	25,31	17,30
São Paulo	76,87	63,41	70,64	49,94	44,79	40,49	10,30	33,99	8,77

(côntinua)

(continuação)

Áreas de pesquisa	Origem do recebimento (%)								
	Transferências/Apos. pública				Aluguel				
	Total	Até 2. SM ²	> de 30	Total	Até 2. SM ²	> de 30	Total	Até 2. SM ²	> de 30
Total das áreas	10,49	22,77	10,82	3,29	1,30	5,01	8,11	0,76	13,06
Belém	14,01	10,04	13,01	1,77	0,09	2,50	3,77	0,39	7,22
Belo Horizonte	10,07	27,96	10,52	2,54	0,37	3,26	12,10	0,60	20,65
Brasília	10,98	5,54	13,34	2,25	14,29	2,54	5,53	2,32	7,19
Curitiba	9,47	33,30	10,04	3,02	0,00	4,80	10,98	2,24	15,93
Fortaleza	11,06	16,56	8,62	1,02	0,98	0,89	8,13	0,45	14,48
Goiânia	6,50	19,04	7,37	2,84	3,07	2,58	14,30	0,23	25,23
Porto Alegre	12,62	30,11	15,98	2,52	1,31	3,53	8,71	1,03	11,77
Recife	16,92	23,96	15,36	2,72	0,52	4,97	5,62	0,37	8,84
Rio de Janeiro	15,48	26,85	16,40	2,29	1,27	3,23	6,37	0,42	10,89
Salvador	13,15	15,40	13,74	6,09	0,95	11,57	5,19	0,77	8,55
São Paulo	6,69	22,42	6,45	4,36	1,39	6,86	8,46	1,21	13,73

Fonte: IBGE, POF 1995/1996.

Notas: ¹ Exclusivo os sem declaração.

² Inclusive sem rendimento.



Como mais de 40% das famílias, para o total das áreas, tiveram como origem principal de renda as transferências e o trabalho por conta própria, como mostra a tabela 2, não surpreendem os baixos níveis de renda das famílias urbanas brasileiras, uma vez que, na média, essas fontes comandam um rendimento menor que as demais. Com efeito, como uma parcela significativa dos rendimentos provém da previdência pública, e esta enfrenta uma crise crônica que se arrasta ao longo do tempo (a maioria esmagadora dos benefícios gira em torno de 1 SM), é esperado que uma proporção elevada das famílias esteja nos estratos inferiores de renda. Contudo, para ilustrar a desigualdade entre os pagamentos previdenciários, mesmo as famílias que tiveram como fonte principal as transferências perceberam uma renda média *per capita* elevada nos estratos mais altos de renda, em contraste para as que recebiam até 2 SM, como mostrou a tabela 5.

4 DISPÊNDIOS

Os primeiros resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 1995/1996 permitem também identificar, embora em caráter provisório, algumas tendências gerais da estrutura de dispêndio das famílias dos grandes centros urbanos do país, principalmente em termos regionais e por diferentes classes de renda das unidades familiares.

Essa estrutura é afetada, em geral, por fatores ligados à variação de renda e sua distribuição; aos padrões demográficos e educacionais; aos preços relativos dos bens e à capacidade do setor público em prover bens em quantidade e qualidade suficiente para o atendimento das necessidades das famílias. Em suma, as mudanças na estrutura de consumo familiar devem ser analisadas com cuidado, devido à complexidade de fatores que afetam a restrição orçamentária das famílias, e sua estrutura de preferência.¹⁷

Rocha (1995), ao analisar as transformações da estrutura de consumo das famílias na regiões metropolitanas de São Paulo e Recife, com dados do ENDEF 1974/1975 e da POF 1987/1988, identificou algumas tendências no sentido da redução do dispêndio com alimentação e habitação, e do aumento da participação dos gastos com transporte e saúde. Essas transformações, segundo a autora, foram função não somente do aumento da renda *per capita* verificado no período analisado, cerca de 25%, como também das mo-

17. Cautela adicional na leitura e interpretação dos dados considerados neste trabalho é aconselhável, uma vez que o período de análise cobre quase uma década de oscilações nos ciclos econômicos, com várias tentativas de planos de estabilização e mudanças nos fundamentos macroeconômicos.





dificações nos hábitos e preferências dos consumidores, associadas à urbanização e à deterioração da oferta de bens públicos.¹⁸

Para o período compreendido entre as duas POF (1987/1988 e 1995/1996), como mostra a tabela 7, e considerando-se a evolução dos principais itens de despesa em relação ao desembolso global das famílias, puderam ser identificadas as seguintes tendências gerais:

- aumento da participação, no orçamento familiar, de itens não ligados ao consumo corrente das famílias nos principais centros urbanos do país. De modo geral, para o total das áreas, a participação das despesas correntes no total de gastos familiares caiu entre os dois períodos considerados, devido à redução dos gastos, tanto com consumo quanto com outras despesas correntes;
- aumento da variação patrimonial das famílias, medida pela participação das despesas com redução do passivo e aumento de ativos. Entre as duas pesquisas, para o total das áreas, houve maior comprometimento de renda familiar com a quitação de dívidas e aquisição de ativos. O aumento do ativo, que pode ser interpretado como aumento do patrimônio familiar, foi devido ao crescimento dos gastos com compra de veículos, que, em algumas metrópoles, chegou a dobrar no período considerado, e com outros investimentos. Por sua vez, em termos do passivo, o crescimento deu-se em termos do aumento da participação com prestação de imóvel; nos dispêndios com empréstimos e carnês, houve queda.

18. Outros resultados apontados neste trabalho sugerem, por um lado, a existência de um efeito-demonstração que afeta o consumo das famílias pobres, e, por outro, a semelhança de padrões de consumo dessas famílias independentemente de sua localização espacial, seja em São Paulo ou Recife.



TABELA 7

Evolução da estrutura de despesa global, corrente e de consumo médio mensal familiar – total das áreas (1987/1996)

(Em %)

	1987/1988			1995/1996		
	Desembolso global	Despesas correntes	Despesas de consumo	Desembolso global	Despesas correntes	Despesas de consumo
Desembolso global	100,00			100,00		
Despesas correntes	84,50	100,00		80,89	100,00	
Despesas de consumo	73,87	87,42	100,00	71,21	88,03	100,00
Alimentação	18,72	22,16	25,35	16,79	20,76	23,58
Habitação	15,71	18,59	21,27	20,38	25,19	28,61
Aluguel	2,71	3,21	3,67	4,39	5,42	6,16
Impostos e taxas	3,90	4,61	5,28	7,44	9,0	10,45
Manutenção e consertos	2,95	3,49	3,99	3,38	4,18	4,75
Artigos de limpeza	0,64	0,76	0,86	0,52	0,64	0,73
Mobiliário, eletrodomésticos e eletrônicos	5,52	6,53	7,47	4,65	5,74	6,53
Vestuário	9,54	11,29	12,92	4,66	5,76	6,54
Transporte	11,05	13,08	14,96	9,97	12,32	14,00
Urbano	2,35	2,78	3,18	3,18	3,93	4,46
Veículo próprio (combustível e manutenção)	6,29	7,45	8,52	4,15	5,12	5,82
Higiene e serviços pessoais	2,56	3,03	3,47	2,52	3,11	3,53
Assistência à saúde	5,32	6,29	7,20	6,50	8,04	9,13

(continua)

(continuação)

	1987/1988			1995/1996		
	Desembolso global	Despesas correntes	Despesas de consumo	Desembolso global	Despesas correntes	Despesas de consumo
Remédios	1,71	2,03	2,32	1,89	2,34	2,65
Seguro saúde e associação de assistência	0,63	0,75	0,86	1,90	2,35	2,67
Educação	2,67	3,16	3,62	3,41	4,21	4,78
Cursos regulares de 1º, 2º e 3º graus e pré-escolar	1,20	1,42	1,62	2,18	2,70	3,06
Recreação e cultura	3,18	3,77	4,31	2,47	3,05	3,47
Fumo	1,11	1,31	1,50	1,02	1,26	1,43
Despesas diversas	4,00	4,73	5,41	3,50	4,33	4,92
Outras despesas correntes	10,63	12,58		9,68	11,97	
Aumento do ativo	14,07			17,23		
Veículo	5,54			8,82		
Imóvel (aquisição)	3,76			2,98		
Imóvel (reforma)	4,54			4,78		
Outros investimentos	0,24			0,64		
Diminuição do passivo	1,43			1,88		
Empréstimo e carnê	0,59			0,30		
Prestação de imóvel	0,84			1,58		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares, 1988 e 1996.



Essas tendências são condizentes com a evolução da renda *per capita* e com as transformações acarretadas pela urbanização e modernização do país ao longo das últimas décadas. Com a evolução crescente da renda, é esperado que a demanda das famílias por produtos de consumo não corrente aumente, como ocorreu efetivamente no período em análise. Por outro lado, a expansão da periferia urbana e a deterioração do transporte urbano contribuiu para o aumento da demanda por carro próprio. A crise habitacional fez com que as famílias fugissem do aumento dos aluguéis e buscassem a casa própria. O significativo aumento dos imóveis próprios, mas ainda não pagos, como já analisado, refletiu-se no aumento dos gastos com prestação de imóvel que, no período considerado, quase dobrou.

Quando se considera a evolução dos principais itens de despesas em relação ao total do consumo das famílias, podem ser identificadas as seguintes tendências:

- redução com despesas alimentares e com vestuário; e
- aumento de gastos com habitação, transporte urbano, assistência à saúde e educação.

Para o total das áreas, por exemplo, a participação das despesas com alimentação, que, em 1987/1988, foi de 18,7% do desembolso global, caiu para 16,8% em 1995/1996, enquanto a de habitação foi de 15,7% para 20,4%, respectivamente. A participação dos gastos com transporte urbano subiu de 2,3% para 3,2%, e a da assistência à saúde, que na POF anterior representava 5,3% do total dos gastos das famílias, atingiu, em 1995/1996, 6,5%. A participação das despesas com educação foi de 2,7% para 3,4%, nesse período.

Os gastos alimentares *per capita* das famílias dos principais centros urbanos do país caíram 12,7%, enquanto os dispêndios com habitação subiram 26,2%, e os com transporte urbano cresceram 31,7%, entre as duas pesquisas. As despesas *per capita* com saúde e educação aumentaram, respectivamente, 19,4% e 24,0%.

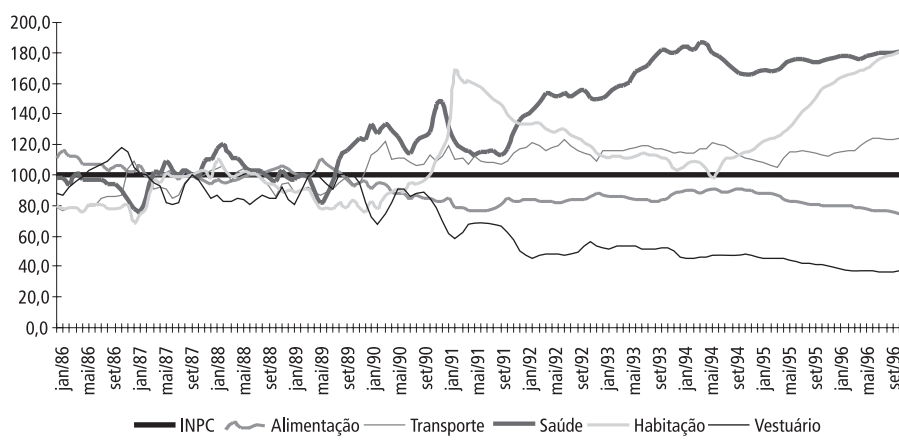
Essas mudanças na composição do dispêndio das famílias dos grandes centros urbanos do país, entre 1987/1988 e 1995/1996, podem ser atribuídas a fatores meramente econômicos, como a evolução da renda média familiar *per capita* e o comportamento dos preços, e a fatores relacionados à preferência das pessoas, ao processo de desenvolvimento e urbanização do país, bem como à oferta e qualidade dos serviços públicos.

A renda média *per capita* familiar nos grandes centros urbanos do país, como se analisou anteriormente, cresceu modestamente entre 1987/1988 e 1995/1996: perto de 4%, em contraste com o significativo crescimento ocorrido entre o ENDEF 1974/1975 e a POF 1987/1988 (cerca de 25%). Se a queda



na participação dos gastos com alimentação – tendência observada desde o início da década de 70 – é esperada à medida que a renda aumenta, as transformações ocorridas na estrutura de consumo das famílias metropolitanas devem ter sido afetadas por fatores outros que não a renda. A evolução dos preços, por exemplo, reforçou a queda nas despesas com alimentação e vestuário. Como ilustra o gráfico 5, após o Plano Real houve tendência de queda nos índices de preços de alimentação e vestuário em relação à inflação média do período. Em contraste, os índices de habitação cresceram expressivamente, enquanto os preços de transporte e assistência à saúde também aumentaram, mas em menor ritmo. Esse efeito-preço corrobora, em parte, a hipótese de que alguns itens de dispêndio, tais com habitação e transporte urbano, possam ser, no curto prazo, mais incomprimíveis que os gastos em alimentação.¹⁹ Assim, mesmo com o crescimento de preços, foi possível observar aumento na participação desses grupos de despesas no dispêndio global das famílias metropolitanas, entre as duas pesquisas.

GRÁFICO 5
Evolução dos índices de preços, por grupos de produtos (Inpec)



Fonte: IBGE.

4.1 Consumo alimentar das famílias

A participação da despesa com alimentação no período apresentou tendência de queda, pois passou de 25,3% para 23,6% do consumo das famílias, para o total das áreas. Essa queda, contudo, não teve a mesma intensidade observada entre meados da década de 70 e 80, quando a participação dos gastos com alimentação no total dos gastos com consumo, para o total das áreas, caiu de 32,0% para 25,3% entre 1973/1974 e 1987/1988.

19. Conforme Rocha (1995, p. 303).

TABELA 8
Participação da despesa média mensal familiar em alimentação sobre o consumo total, por áreas da pesquisa e classes de rendimento

			Total das áreas	Belém	Belo Horizonte	Brasília	Curitiba	Fortaleza	Goiânia	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Despesas em alimentação	Total	1995/96	23,58	28,23	23,52	22,24	21,60	30,83	19,13	23,50	29,24	24,20	28,60	22,07
		1987/88	25,35	28,68	26,28	19,86	21,96	30,49	19,42	23,81	30,66	27,57	28,42	24,24
	Até 2 SM	1995/96	36,04	44,39	32,96	38,35	37,31	49,25	28,63	38,23	44,85	27,25	43,23	32,42
		1987/88	44,10	46,15	41,31	29,81	41,25	52,60	33,91	44,61	51,24	43,76	47,03	41,59
No domicílio	Total	1995/96	17,55	22,89	17,56	16,49	16,90	23,46	15,12	17,81	23,42	17,25	22,26	16,21
		1987/88	19,14	22,14	19,61	13,58	17,14	22,68	14,70	18,63	23,21	20,38	20,24	18,67
	Até 2 SM	1995/96	31,55	39,53	28,75	34,05	36,14	43,87	26,66	34,50	39,77	23,51	37,26	27,71
		1987/88	39,77	41,67	34,89	24,65	38,92	45,28	31,71	40,82	45,21	40,42	39,43	39,60
Fora do domicílio	Total	1995/96	6,04	5,34	5,96	5,75	4,70	7,38	4,01	5,68	5,81	6,95	6,34	5,86
		1987/88	6,21	6,54	6,67	6,28	4,83	7,81	4,73	5,18	7,44	7,18	8,17	5,56
	Até 2 SM	1995/96	4,50	4,86	4,21	4,30	1,17	5,38	1,97	3,73	5,07	3,75	5,96	4,70
		1987/88	4,36	4,49	6,41	5,14	2,33	7,32	2,20	3,81	6,05	3,35	7,60	1,99

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.



A tabela 8 ilustra a evolução do consumo alimentar para as áreas da pesquisa, com destaque para a participação do total das famílias e daquelas que percebem até 2 SM mensais. Para todas as regiões metropolitanas, à exceção de Brasília, cuja participação aumentou, e Fortaleza e Salvador, onde ficaram praticamente inalteradas, as despesas com alimentação caíram. Essa queda foi mais generalizada quando se consideram as famílias que recebiam até 2 SM, faixa em que a única exceção é Brasília.

A queda mais acentuada nos gastos alimentares das famílias com menor recebimento talvez possa ser explicada por dois fatores principais: *i*) pela queda nos preços dos produtos alimentares consumidos por essas famílias. Como veremos adiante, há indícios de alteração no cardápio nacional das famílias mais pobres, entre as duas pesquisas, de modo que esse novo padrão de consumo, mesmo que tenha incorporado produtos considerados *superiores*, pode ser relativamente mais barato; e *ii*) pela redução nos gastos alimentares, porque, como antes se apontou, essas famílias, em face do aumento verificado nos demais grupos de produtos, tais como habitação e transporte urbano, podem ser levadas, no curto prazo, a reduzirem parcela das despesas com alimentação.

A redução da participação da alimentação não ficou restrita às famílias nos estratos mais pobres, pois foi observada em todas as classes de renda na POF 1995/1996. Essa queda, para as famílias nos estratos acima de 2 SM, pode ser atribuída mais ao efeito-preço e às mudanças advindas da modernização e urbanização do país do que ao impacto da evolução da renda. A participação dos gastos com alimentos, para essas famílias, apesar do crescimento da renda *per capita*, oscilou entre 16% a 10% do total dos dispêndios familiares (atinge, assim padrões internacionais de consumo), e não apresentou variações significativas entre as duas POF.

Os resultados observados para Brasília, sempre contrários à tendência geral, podem ser imputados a especificidades locais associadas ao intenso processo de expansão da periferia urbana que ocorreu na cidade, com a migração de famílias de renda mais baixa, e, portanto, com maior propensão a consumir produtos alimentares. Muito possivelmente, houve, nessa metrópole, um aumento na quantidade consumida de alimentos. Tanto é assim que, em todas as áreas da pesquisa, menos Brasília, a queda na participação do consumo alimentar para as famílias que percebem até 2 SM é bem mais acentuada do que para toda a população.

De modo geral, a participação do consumo alimentar foi mais elevada para as regiões metropolitanas (RM) mais pobres (perto de 30% do consumo total), do que para as áreas mais desenvolvidas, em que esteve em torno de 22%. Contudo, a proporção das despesas em alimentação para as famílias com rendimento





até 2 SM foi bastante alta – 36% para o total das áreas –, e chegou a quase 50% em Fortaleza. Essa participação foi também maior nas RM mais pobres do que nas áreas mais ricas.

É esperado que, com o desenvolvimento econômico e com o aumento de renda *per capita*, haja um deslocamento da participação dos alimentos no orçamento familiar. A menor intensidade da queda dessa participação entre as duas POF, contudo, pode ser atribuída à diminuição no ritmo de crescimento da renda *per capita*, e à substituição de alimentos considerados inferiores por superiores nas compras das famílias. Assim, mesmo com o barateamento relativo dos alimentos, a tendência foi manter uma alta participação dos gastos com alimentação no orçamento das famílias, dado que o crescimento da renda *per capita* entre as duas pesquisas foi pequeno. Nesse contexto, políticas públicas redutoras de preço dos alimentos ainda têm um grande potencial de melhoria do bem-estar da população, principalmente para as famílias que recebem até 2 SM mensais, nas quais o dispêndio com alimentos é em geral superior a 40% do total dos gastos de consumo.

Por sua vez, o quadro não se modifica substancialmente se as despesas em alimentação são desagregadas em termos de gastos no domicílio e fora. Note-se que, ao contrário do observado em outros países mais desenvolvidos, não houve crescimento significativo na participação das despesas em alimentação fora do domicílio, a não ser para as famílias nos estratos mais elevados de renda. Em geral, os gastos em alimentação fora do domicílio caíram em todas as áreas, menos em Porto Alegre e São Paulo. Essas despesas, contudo, como ilustra a tabela 9, cresceram em função da renda, em contraste com a participação dos gastos em alimentação no domicílio, que caiu à medida que a renda aumentou.

A tabela 9 também mostra que as despesas em alimentação no domicílio, para o total das áreas, estiveram concentradas em carnes, leites, panificados e bebidas, os quais respondem por cerca de 40% do total dos gastos alimentares das famílias dos grandes centros urbanos do país. Em termos de produtos, cerca de 30% das despesas com alimentação no domicílio consistiram de uns poucos itens, como carne de boi de primeira e de segunda, pão francês, leite pasteurizado, frango, arroz, biscoito, café, refrigerantes e feijão.

É claro que a redução da participação dos gastos com alimentação pelas famílias de baixa renda não significa, necessariamente, uma piora das suas condições nutricionais, entre as duas pesquisas. Os preços dos alimentos, principalmente de produtos da cesta básica, evoluíram favoravelmente, e cresceram abaixo da taxa média de inflação.



TABELA 9

Percentual da despesa média mensal familiar em alimentação, por classes de recebimento mensal familiar, segundo os tipos de despesa – total das áreas (1995/1996) ¹

	Total	Classes de recebimento mensal familiar (em SM)									
		Até 2 ²	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30
Despesas em alimentação	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Alimentação no domicílio	74,41	87,54	88,16	84,12	80,82	80,93	76,48	75,32	69,97	71,77	63,75
Cereais, leguminosas e oleaginosas	4,22	7,89	7,06	7,12	8,05	5,10	4,61	3,72	2,62	2,79	2,25
Arroz	2,40	4,27	3,90	4,17	4,88	2,94	2,79	2,19	1,53	1,56	1,12
Feijão	1,41	3,10	2,73	2,48	2,71	1,79	1,47	1,16	0,71	0,90	0,68
Farinhas, féculas e massas	2,47	4,26	3,93	3,69	2,78	2,77	2,49	2,38	1,91	2,01	1,71
Macarrão	0,83	1,20	1,35	1,26	0,99	0,93	0,90	0,85	0,57	0,66	0,58
Tubérculos e raízes	1,40	1,49	1,65	1,70	1,68	1,68	1,63	1,50	1,25	1,28	1,02
Açúcares e derivados	3,39	3,76	3,53	3,65	3,82	3,83	3,33	3,28	2,82	3,76	3,09
Legumes e verduras	2,39	2,73	2,84	2,87	2,58	2,66	2,52	2,44	2,27	1,97	2,09
Frutas	4,35	3,47	4,02	4,21	4,15	4,41	4,28	4,75	4,26	4,30	4,47
Carnes, vísceras e pescados	13,06	13,96	14,44	14,29	14,26	14,71	14,12	14,65	13,26	13,24	9,91
Carne de boi de primeira	5,42	3,40	4,68	4,80	5,28	5,92	5,80	6,00	6,10	6,33	4,82
Carne de boi de segunda	2,63	4,33	4,37	4,44	3,79	3,29	3,37	3,14	2,40	1,55	0,87
Aves e ovos	4,75	8,54	6,78	6,58	6,40	5,84	5,19	4,50	3,97	3,84	3,00
Frango	3,71	6,75	5,30	5,06	4,81	4,57	4,28	3,49	3,20	2,99	2,32

(continua)

(continuação)

	Total	Classes de recebimento mensal familiar (em SM)									
		Até 2 ²	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 6	Mais de 6 a 8	Mais de 8 a 10	Mais de 10 a 15	Mais de 15 a 20	Mais de 20 a 30	Mais de 30
Leites e derivados	10,69	11,46	11,90	12,33	11,62	10,92	11,47	10,83	9,87	10,59	9,42
Leite pasteurizado	4,89	5,57	5,83	6,35	6,59	5,32	5,81	5,30	4,85	3,93	3,44
Panificados	8,81	13,89	11,71	11,42	10,59	9,80	9,63	9,09	7,90	7,80	6,07
Pão francês	5,40	10,11	8,24	7,98	7,37	6,44	5,89	5,71	4,99	4,10	2,71
Biscoito	1,75	2,60	2,14	2,10	1,83	2,01	2,14	1,72	1,36	1,56	1,42
Óleos e gorduras	1,22	1,69	1,44	1,80	1,58	1,49	1,21	1,02	1,06	1,10	0,91
Óleo de soja	0,87	1,52	1,27	1,60	1,38	1,22	0,99	0,77	0,68	0,61	0,38
Bebidas e infusões	7,51	7,40	6,71	7,12	6,35	8,19	7,61	8,34	7,03	7,28	7,62
Café moído	1,55	2,91	2,23	2,38	2,30	1,87	1,66	1,52	1,02	1,16	0,98
Enlatados e conservas	0,73	0,50	0,51	0,61	0,46	0,71	0,55	0,61	0,78	0,79	0,98
Sal e condimentos	1,51	1,75	1,83	1,88	1,84	1,70	1,65	1,43	1,26	1,44	1,26
Alimentos preparados	2,26	1,16	0,90	1,00	0,88	1,57	1,21	1,97	4,58	3,13	2,91
Outros	5,66	3,60	8,91	3,85	3,78	5,56	4,99	4,80	5,15	6,44	7,03
Alimentação fora do domicílio	25,59	12,48	11,85	15,88	19,18	19,07	23,52	24,68	30,03	28,22	36,25
Almoço e jantar	13,14	5,15	3,36	4,64	6,59	6,64	9,36	11,40	16,01	14,85	23,80

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Notas.:¹ Excluído sem declaração.

² Inclusive sem recebimento.



A tabela 10 apresenta os resultados preliminares do consumo alimentar domiciliar *per capita* da POF 1996, para dez produtos selecionados, bem como os resultados da pesquisa anterior.²⁰ A tabela mostra que, para o total das áreas, há queda acentuada do consumo de farinha de trigo (29,73%), leite de vaca (19,31%), arroz polido (16,56%), feijão (15,56%), pão francês (12,84%) e macarrão (12,60%), e aumento do consumo de biscoito (28,02%), frango (16,56%), carne bovina de segunda (6,95%) e carne bovina de primeira (5,97%).

Um aspecto a ser melhor investigado, quando da disponibilização dos resultados finais da pesquisa, diz respeito à redução nas quantidades consumidas *per capita* de determinados produtos básicos nas regiões metropolitanas pobres do país. Por exemplo, em Fortaleza, o consumo *per capita* de arroz e feijão caiu, entre as duas pesquisas, cerca de 7,8% e 10,0%, respectivamente. A queda no consumo de pão francês e leite foi ainda mais expressiva nessa metrópole: perto de 19,8% e 27,0%, respectivamente.

De forma geral, nas regiões metropolitanas do Nordeste, onde se concentra o maior número de famílias pobres, observou-se uma redução de consumo *per capita* em alguns itens que, tradicionalmente, compunham o cardápio alimentar dessas famílias. Isso não deixa de surpreender, pois seria esperado que, nessas metrópoles, dado os baixos níveis de renda e de consumo alimentar *per capita*, a evolução nas quantidades consumidas desses produtos fosse mais favorável. A tendência observada, entretanto, foi no sentido de mudança na composição da cesta alimentar, pois houve aumento nas quantidades consumidas de carne bovina (de primeira e segunda), frango e biscoito. Aparentemente, a melhoria da capacidade de compra dessas famílias – seja pelo incremento de renda, seja pela queda de preços dos alimentos – significou maior diversificação na cesta de consumo alimentar, com aumento de participação de itens considerados superiores.

Por outro lado, essas alterações não foram uniformes entre as áreas da pesquisa. O consumo de arroz polido, por exemplo, subiu em Brasília (20,30%), Recife (17,93%) e no Rio de Janeiro (13,67%), enquanto o de feijão cresceu em Brasília (9,77%) e no Rio de Janeiro (5,06%), e assim por diante. A tabela 10 mostra também uma grande variabilidade em termos do consumo alimentar *per capita* entre os grandes centros urbanos do país. Em Brasília, por exemplo, uma pessoa consome 117,3 gramas/dia de arroz polido e 34,2 gramas/dia de carne bovina de primeira, enquanto, em Recife, o consumo é de 37,2 e 20,1 gramas/dia, respectivamente. Essa variabilidade do consumo alimentar é outro fenômeno que necessita ser mais pesquisado, uma vez que apenas as diferenças regionais e de renda possivelmente não são suficientes para explicá-lo.

20. O IBGE apura o consumo desses produtos por meio da divisão da despesa total com cada produto pelo seu preço médio (outubro de 1987 e setembro de 1996), obtido da série histórica do Sistema Nacional de Preços ao Consumidor.



TABELA 10

Consumo alimentar domiciliar *per capita* de alguns produtos (em kg/ano), segundo as áreas da pesquisa (1996/1987)

	Produtos									
	Arroz polido		Feijão		Farinha de trigo		Macarrão		Carne bovina de 1ª	
	1996	1987	1996	1987	1996	1987	1996	1987	1996	1987
Belém	18,325	17,784	9,857	10,229	1,309	1,030	3,925	3,828	15,830	12,971
Belo Horizonte	30,483	37,252	9,344	12,439	3,155	4,193	3,297	4,353	9,069	7,974
Brasília	42,801	35,578	10,947	9,973	3,124	2,156	3,363	2,778	12,469	8,841
Curitiba	22,080	26,102	8,436	8,290	12,829	15,063	5,266	4,047	12,586	9,395
Fortaleza	26,914	29,185	15,191	16,877	1,581	1,036	3,801	4,890	8,676	8,655
Goiânia	30,526	38,689	7,028	9,035	1,977	3,168	2,064	2,573	9,376	10,297
Porto Alegre	19,862	25,868	8,515	9,433	7,134	12,274	3,896	4,072	9,588	7,678
Recife	13,562	11,500	12,428	12,789	1,877	1,645	4,515	5,887	7,342	7,285
Rio de Janeiro	34,619	30,455	14,307	13,618	2,340	3,209	3,762	4,080	10,477	10,016
Salvador	13,831	12,666	12,510	13,042	2,378	1,742	3,046	3,556	7,026	8,599
São Paulo	20,510	34,522	6,556	10,720	1,428	3,409	3,577	4,399	11,382	11,148
Total das áreas	24,964	29,918	9,945	11,778	2,857	4,066	3,705	4,239	10,428	9,841

(continua)

(continuarão)

	Produtos									
	Carne bovina de 2ª		Frango		Leite de vaca		Pão francês		Biscoito	
	1996	1987	1996	1987	1996	1987	1996	1987	1996	1987
Belém	22,302	20,226	24,993	14,179	6,019	3,231	17,770	21,944	2,747	2,539
Belo Horizonte	6,988	5,870	16,858	12,657	45,693	48,546	12,607	15,376	4,247	2,865
Brasília	9,872	9,402	21,104	11,650	66,711	66,212	15,949	15,482	3,045	2,866
Curitiba	10,596	8,697	18,017	11,699	55,484	72,032	17,124	15,911	5,282	4,111
Fortaleza	6,689	5,591	20,407	15,015	25,002	34,244	15,718	19,590	4,855	3,022
Goiânia	7,487	6,476	13,735	9,025	30,010	56,211	9,869	13,169	2,150	2,419
Porto Alegre	18,158	20,952	18,872	15,247	86,266	94,347	14,494	18,808	6,737	3,689
Recife	7,222	6,742	18,110	13,781	15,949	17,204	23,536	24,908	6,893	4,192
Rio de Janeiro	6,260	6,085	14,685	15,511	43,791	56,775	15,901	19,891	3,464	2,781
Salvador	8,800	11,129	17,192	13,291	16,020	29,619	21,199	24,275	4,719	3,300
São Paulo	8,631	7,354	16,021	15,083	60,896	77,622	19,192	20,968	2,902	2,925
Total das áreas	8,866	8,090	16,814	14,425	49,039	60,776	17,378	19,939	3,916	3,059

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.



4.2 Consumo não-alimentar das famílias

A tabela 11 mostra a evolução da estrutura de dispêndio global das famílias por classes de recebimentos, para o total das áreas pesquisadas pela POF. O crescimento da participação dos gastos com habitação ocorreu em todas as classes de renda, embora com impacto diferenciado. Para as famílias de menor recebimento, essa participação passou de 19,7% para 24,9%, entre 1987/1988 e 1995/1996, enquanto que, para as que recebiam mais de 15 até 20 SM, subiu de 14,7% para 21,6%. Aparentemente, também as famílias de renda média foram afetadas pela crise do setor habitacional, pois passaram a destinar uma parcela maior da renda familiar às despesas com habitação.

O aumento da participação das despesas de transporte urbano no orçamento familiar afetou mais intensamente as classes de recebimentos mais baixos, ao contrário dos gastos com habitação. O incremento da participação dos gastos com transporte urbano foi, de forma geral, maior, quanto menor a renda familiar. Para as famílias mais ricas, a participação desse item no orçamento decresceu entre as duas pesquisas, devido, principalmente, à queda da participação de gastos com combustível e a manutenção de veículos próprios.²¹

A participação dos gastos com assistência à saúde cresceu em todas as classes de recebimentos, entre as duas POF. Observe-se o peso que adquiriu o gasto com saúde na classe de renda de até 2 SM, cuja participação passou de 6,3% para 9,3%, entre 1987/1988 e 1995/1996.

Comparada com das famílias que recebiam mais de 30 SM, o aumento na participação das despesas com saúde das famílias mais pobres em termos de desembolso global foi, praticamente, o dobro.

A participação dos gastos com educação e lazer, entre 1987 e 1996, cresceu nas famílias que percebiam mais de 15 SM. Essa participação, entretanto, caiu nas classes de renda menor. Ou seja, apenas as famílias mais abastadas enfrentaram a crise do ensino público, e aumentaram suas despesas com educação. Mesmo as famílias de renda intermediária, aparentemente, não tiveram maior acesso ao ensino de primeiro e segundo grau em escolas particulares.

É interessante observar a evolução da variação patrimonial das famílias dos grandes centros urbanos. A participação dos gastos com aumento de ativo apresentou tendência de crescimento em todas as classes de renda, menos para as famílias que ganhavam até 2 SM. Nessa classe, a participação dos gastos com ativos recuou de 5,8% para 3,7%, entre 1987/1988 e 1995/1996, devido basicamente à queda da participação dos gastos com aquisição e reforma

21. A renovação da frota de veículos, expressiva no período em análise, contribuiu para a diminuição dos gastos com manutenção. Por sua vez, os preços dos combustíveis estiveram abaixo da inflação média nesse período.





de imóveis. Para as demais classes de renda, o aumento da participação dos gastos com ativos foi devido, principalmente, à compra de veículos. Mesmo para as famílias mais pobres, houve aumento da participação dos gastos com aquisição de veículos. Como vimos, a maior procura por veículos esteve, em parte, associada à crise do transporte urbano nos grandes centros, uma vez que o aumento expressivo desses gastos estimulou as famílias a buscarem alguma forma alternativa de transporte.

Por sua vez, a aquisição e reforma de imóveis apresentou crescimento discreto nas classes de renda de mais de 2 até 15 SM. Para estratos mais elevados, a participação dessa despesa no orçamento familiar voltou a cair.

Em termos dos gastos com redução de passivo, a tendência geral foi de aumento da participação por classes de renda. Isso só não foi observado em dois estratos de renda (entre 8 até 10, e 15 até 20 SM). No caso das famílias de menor renda, o comprometimento de renda com redução de passivo praticamente dobrou no período, pois passou de 2,4% para 5,2%, entre 1987/1988 e 1995/1996.

4.3 Despesas por regiões metropolitanas

A tabela 12 apresenta a evolução da estrutura de despesa média mensal familiar por região metropolitana. É possível avaliar, mesmo preliminarmente, se as mudanças na estrutura de consumo, ocorridas entre as duas POF, tiveram impactos regionais diferenciados.

A participação dos gastos de consumo no desembolso global das famílias, entre as duas POF, apresentou tendência de queda nas áreas mais desenvolvidas e tendência de elevação discreta nas regiões metropolitanas do Nordeste e em Belém. Goiânia é a única metrópole onde a evolução dessa participação manteve-se praticamente constante entre 1987/1988 e 1995/1996.

A redução das despesas com consumo tem como contrapartida o aumento dos gastos com ativos, basicamente com compra de veículos, e com redução de passivo, salvo em Goiânia, onde cresceu tanto a participação das despesas de consumo quanto os ativos, enquanto caiu a diminuição do passivo. Observe-se, por outro lado, que, em termos do passivo, houve aumento da participação dos gastos com prestação de imóvel em quase todas as RM, o que é condizente com o extraordinário crescimento de imóveis próprios, mas não totalmente pagos, entre as duas POF.

A evolução dos dispêndios com ativos apresentou tendência diferenciada em Belém, Fortaleza, Recife e Salvador, em relação às demais áreas. Houve queda, mesmo que discreta, da participação desses gastos e aumento da participação com redução de passivo, exceto em Salvador, onde essas despesas caíram.



TABELA 11

Evolução da estrutura de despesas médias mensais familiares – total das áreas (1985/1986 e 1995/1996) ¹

	Classes de recebimento mensal familiar (em SM)									
	Até 2 ²		Mais de 2 a 3		Mais de 3 a 5		Mais de 5 a 6		Mais de 6 a 8	
	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/96
Desembolso global	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Despesas correntes	93,95	94,87	95,79	93,26	93,30	92,04	92,05	90,71	90,95	88,38
Despesas de consumo	91,21	92,97	92,04	90,36	88,44	87,97	86,45	85,27	84,82	82,60
Alimentação	40,22	33,51	37,99	33,94	32,69	30,21	32,07	26,34	28,35	24,47
Habitação	19,74	24,87	19,58	23,76	19,12	23,79	18,29	24,11	17,91	22,91
Aluguel	4,25	5,33	4,36	5,09	4,14	5,96	3,96	6,97	4,34	5,99
Impostos e taxas	5,48	8,63	4,72	8,61	4,63	8,16	4,09	6,95	4,02	7,67
Vestuário	7,84	5,00	9,58	5,61	10,44	5,71	10,33	5,82	10,98	5,62
Transporte	6,86	9,19	7,85	9,20	8,37	10,78	8,53	10,53	9,42	10,69
Urbano	5,26	7,59	5,76	6,88	5,24	7,44	4,75	7,06	4,30	5,69
Combustível e manutenção	0,85	0,79	1,26	1,10	2,22	2,02	2,80	2,13	3,88	3,20
Higiene e serviços pessoais	2,85	3,08	3,31	3,07	3,13	3,13	3,16	3,31	3,02	3,19
Assistência à saúde	6,31	9,26	5,45	7,48	5,21	6,52	4,62	6,48	5,07	6,72
Remédios	4,27	4,86	3,14	3,56	3,07	3,49	2,50	3,18	2,42	2,76
Seguro de saúde	0,15	0,75	0,14	1,02	0,19	0,89	0,30	1,49	0,29	1,50
Educação e lazer	2,81	2,82	3,51	2,57	3,96	3,38	4,63	4,04	5,24	4,49
Fumo	2,76	2,95	2,54	2,54	2,63	2,17	2,26	1,83	2,01	1,78
Outras despesas	1,82	2,30	2,24	2,18	2,88	2,27	2,56	2,81	2,81	2,73
Outras despesas correntes	2,72	1,90	3,75	2,89	4,86	4,07	5,60	5,44	6,13	5,78
Aumento de ativo	5,81	4,69	3,69	5,81	6,11	7,11	7,52	8,81	8,24	10,59
Veículos	0,24	0,58	0,33	0,64	1,32	1,38	1,53	2,72	1,62	3,30
Aquisição e reforma de imóveis	0,31	0,68	0,32	0,20	0,32	0,51	1,06	0,57	0,82	0,34
Diminuição do passivo	0,24	0,44	0,52	0,93	0,59	0,85	0,43	0,48	0,81	1,03

(continua)

(continuação)

	Mais de 8 a 10		Mais de 10 a 15		Mais de 15 a 20		Mais de 20 a 30		Mais de 30	
	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/1996	1987/1988	1995/1996
Desembolso global	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Despesas correntes	89,83	87,15	89,50	84,91	85,18	83,51	81,00	79,20	79,45	73,78
Despesas de consumo	82,98	80,65	81,45	77,70	75,96	76,51	71,53	70,29	64,04	59,50
Alimentação	25,81	22,61	23,38	19,16	19,01	16,45	15,52	14,84	10,96	10,31
Habituação	16,53	22,46	17,09	22,21	14,73	21,85	14,53	19,88	14,47	17,74
Aluguel	3,62	5,88	3,55	5,71	2,43	5,38	2,13	3,93	1,89	2,91
Impostos e taxas	4,45	8,11	3,98	7,93	3,89	7,94	3,41	7,37	3,73	6,88
Vestuário	11,50	5,57	11,44	5,49	10,38	5,24	8,98	4,35	8,27	3,77
Transporte	10,38	10,15	10,69	10,63	12,10	11,28	12,21	10,31	11,71	9,12
Urbano	3,80	5,07	3,32	4,13	2,34	3,81	1,74	2,36	0,85	0,99
Combustível e manutenção	5,01	3,25	5,85	4,09	7,96	4,10	8,41	4,66	7,09	3,64
Higiene e serviços pessoais	2,84	3,15	3,08	2,85	2,76	2,74	2,49	2,56	2,08	1,94
Assistência à saúde	5,67	7,18	5,36	6,97	5,80	7,48	5,72	6,75	5,04	5,73
Remédios	2,28	2,59	2,28	2,22	1,63	1,94	1,53	1,79	1,00	1,01
Seguro de saúde	0,44	2,17	0,50	2,10	0,71	2,57	0,59	2,20	0,89	1,90
Educação e lazer	5,58	4,55	5,78	5,73	6,06	6,91	6,58	7,05	6,28	6,53
Fumo	1,75	1,82	1,51	1,24	0,99	1,19	0,76	0,70	0,47	0,38
Outras despesas	2,92	3,16	3,11	3,41	4,13	3,38	4,75	3,86	4,75	3,98
Outras despesas correntes	6,84	6,50	8,05	7,22	9,22	7,00	9,47	8,91	15,42	14,28
Aumento de ativo	9,14	11,89	9,33	13,20	12,66	14,87	17,42	18,80	18,85	23,69
Veículos	2,44	4,36	4,29	6,50	5,16	7,53	4,98	9,72	8,73	13,46
Aquisição e reforma de imóveis	0,59	0,66	0,99	1,30	1,90	1,53	7,50	2,52	5,67	5,55
Diminuição de passivo	1,04	0,96	1,17	1,89	2,16	1,62	1,58	2,00	1,70	2,53

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Notas: ¹ Excluído sem declaração.² Inclusive sem recebimento.



Como já foi mencionado, a participação dos gastos em alimentação no dispêndio global das famílias reduziu-se, nesse período, notadamente nas regiões metropolitanas de maior renda e que tiveram acréscimo de renda familiar *per capita*, entre as duas pesquisas. A exceção, também já comentada, foi Brasília, devido a especificidades locais advindas da expansão da periferia urbana. A participação dos gastos em alimentação nessas RM de maior renda oscilou entre 13% e 17,5% do dispêndio global familiar, para uma média nacional de 16,8%.²²

Nas regiões metropolitanas do Nordeste e Belém, diferentemente das demais áreas, observou-se um discreto aumento da participação dos gastos com alimentos no orçamento familiar. A exceção foi Recife, onde a participação se manteve inalterada, entre 1987/1988 e 1995/1996. Nessas metrópoles mais pobres, provavelmente houve menor espaço de ajuste do orçamento doméstico em termos dos gastos com alimentos, pois os níveis de consumo eram relativamente baixos.

A participação das despesas com vestuário caiu praticamente à metade em todas as RM, devido, em grande parte, à queda nos preços. A participação dos gastos com habitação em geral e seus principais componentes (aluguel, taxas e impostos e manutenção e consertos), em contraste, subiu em todas as regiões metropolitanas nesse período. Houve aumento, também, da participação das despesas com assistência à saúde e educação e lazer, e queda nos gastos com transporte em geral. No caso de assistência à saúde, sua participação praticamente ficou inalterada em Porto Alegre, devido ao crescimento (abaixo da média nacional) dos gastos com planos de saúde e da queda nos demais itens. Para todas as áreas da pesquisa, exceto Belo Horizonte, houve incremento na participação dos gastos com transporte urbano. A participação dos gastos com transporte, contudo, não foi uniforme nas metrópoles do Nordeste e Belém: cresceu em Salvador; em Belém, ficou inalterada; e caiu em Fortaleza e Recife.

A participação dos gastos com educação, que reflete o crescimento do nível de escolaridade da população e a crise do ensino público, subiu em todas as áreas da pesquisa, menos em Brasília. Mas, mesmo nessa cidade houve, à semelhança das demais áreas, aumento da participação dos gastos com cursos regulares em todos os graus.

5 DESEQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO

O gráfico 6 compara renda e gasto médio mensal familiar *per capita*, para o total das áreas, entre as duas pesquisas, e revela que as famílias de renda mais

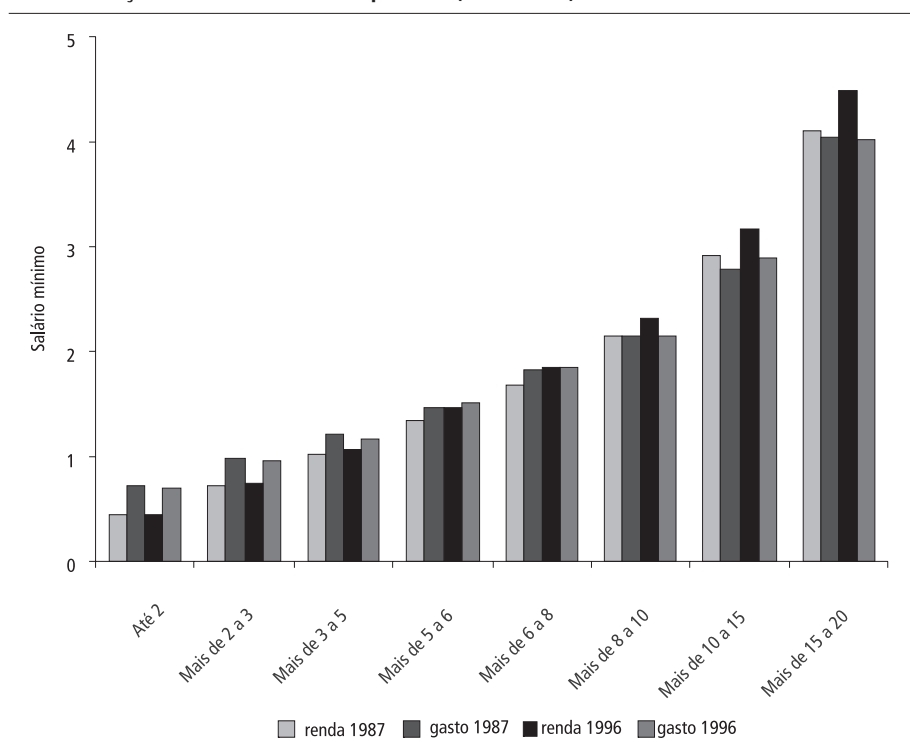
22. Observe-se que Goiânia já apresentava, na POF 1987/1988, uma participação dos gastos de alimentação no dispêndio global das famílias abaixo da média nacional. A reduzida participação das despesas com alimentos no orçamento familiar das famílias, nessa cidade, pode, talvez, ser atribuída às características locais de abastecimento e formação de preços dos gêneros alimentares.





baixa acumulavam déficits constantes em seus orçamentos. As famílias que percebiam até dois SM, por exemplo, gastavam, em 1995/1996, em torno de 0,70 SM *per capita*, para um recebimento de 0,45 SM. Esse desequilíbrio ocorreu mesmo para as famílias em estratos de renda mais elevados. Apenas as famílias a partir do estrato entre 8 até 10 SM conseguiam equilibrar mensalmente seus orçamentos, e gastaram menos do que recebiam. Com efeito, como ilustra o gráfico 6, essa é uma situação observada na pesquisa anterior, mas o desequilíbrio é mais acentuado.

GRÁFICO 6
Evolução de rendimentos e dispêndios (1996/1987)



Fonte: IBGE, POF 1987/1988 E 1996/1996.

Como as pessoas, em geral, por um período mais longo de tempo, não podem gastar mais do que recebem, esse é um resultado que precisa ser mais investigado – o que só será possível com a divulgação definitiva dos resultados da POF 1996.²³ De qualquer modo, confirmada essa tendência, há indicação de um permanente processo de endividamento de grande parcela das famílias dos grandes centros urbanos do país, além de um alargamento da restrição



TABELA 12
Evolução da despesa média mensal familiar, por áreas da pesquisa, segundo os tipos de despesa (1996/1987)

	1995/1996 ¹											
	Total das áreas	Belém	Belo Horizonte	Brasília	Curitiba	Fortaleza	Goiânia	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Desembolso global	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas correntes	80,89	88,77	78,43	80,99	78,53	82,78	75,54	80,01	87,14	84,66	88,56	78,57
Despesas de consumo	71,21	79,36	67,96	68,67	69,01	75,65	67,54	68,83	79,54	73,33	80,08	69,86
Alimentação	16,79	22,40	15,99	15,27	14,90	23,32	12,92	16,17	23,25	17,75	22,90	15,42
Habituação	20,38	20,51	18,09	20,12	19,06	18,86	19,29	17,57	20,49	22,93	19,95	20,48
Aluguel	4,39	3,37	2,72	3,81	3,20	2,84	3,52	2,81	3,83	4,66	2,76	5,50
Impostos e taxas	7,44	8,57	6,52	8,06	6,48	6,43	8,09	6,00	6,40	9,21	7,84	7,13
Manutenção e consertos	3,38	3,53	3,31	3,23	2,93	3,68	3,69	3,03	3,83	4,29	3,86	2,97
Artigos de limpeza	0,52	0,55	0,62	0,58	0,56	0,83	0,55	0,53	0,82	0,49	0,81	0,42
Mobiliário, eletrodomésticos e eletrônicos	4,65	4,49	4,92	4,43	5,88	5,07	3,45	5,20	5,63	4,28	4,68	4,46
Vestuário	4,66	6,21	5,00	4,88	5,56	5,40	4,90	5,51	5,66	3,92	5,80	4,33
Transporte	9,97	9,08	9,05	10,49	8,65	9,57	9,84	9,43	9,46	9,80	10,28	10,55
Urbano	3,18	4,46	2,73	2,42	2,02	3,45	1,38	2,67	4,08	3,81	4,22	3,14
Veículo próprio (combustível e manutenção)	4,15	2,43	3,49	5,24	4,41	3,97	4,73	3,95	3,57	3,53	3,42	4,62
Higiene e serviços pessoais	2,52	3,28	2,53	2,83	2,41	3,20	2,63	2,52	3,18	2,36	3,19	2,37
Assistência à saúde	6,50	6,37	6,15	5,57	6,75	5,14	6,82	5,80	7,51	6,91	6,42	6,57
Remédios	1,89	2,35	1,55	1,67	2,02	1,99	2,25	2,19	2,06	1,99	2,02	1,78
Seguro-saúde e associação de assistência	1,90	2,25	1,26	0,83	1,31	1,56	1,16	0,98	3,60	1,83	2,31	2,32
Educação	3,41	4,47	3,26	2,26	3,54	4,55	5,04	3,32	3,85	3,13	5,58	3,25
Cursos regulares de 1º, 2º e 3º graus e pré-escolar	2,18	2,90	1,73	1,28	2,26	3,09	3,24	2,16	2,73	2,17	3,55	2,04
Recreação e cultura	2,47	2,88	3,19	2,36	3,22	2,02	2,33	2,96	2,42	2,10	2,52	2,36
Fumo	1,02	0,69	0,81	0,54	0,91	0,93	0,56	1,10	1,02	1,13	0,65	1,14
Despesas diversas	3,50	3,47	3,90	4,35	4,01	2,64	3,21	4,44	2,69	3,30	2,80	3,39
Outras despesas correntes	9,68	9,41	10,47	12,32	9,52	7,13	8,00	11,18	7,60	11,33	8,48	8,71
Aumento do ativo	17,23	9,35	19,61	16,70	20,47	14,96	22,47	17,67	11,47	14,41	9,90	19,06
Veículo	8,82	4,11	8,59	8,49	10,97	6,89	10,34	8,58	5,05	8,44	5,22	9,72
Imóvel (aquisição)	2,98	1,17	5,71	3,96	1,79	4,57	7,12	4,37	1,93	1,38	1,15	3,07
Imóvel (reforma)	4,78	3,34	5,07	3,76	7,03	3,09	4,15	4,14	4,06	4,30	2,88	5,32
Outros investimentos	0,64	0,73	0,24	0,49	0,69	0,41	0,86	0,58	0,43	0,29	0,65	0,95
Diminuição do passivo	1,88	1,88	1,96	2,32	1,00	2,26	1,99	2,31	1,38	0,93	1,54	2,37
Empréstimo e carnê	0,30	0,11	0,74	0,40	0,24	0,41	0,65	0,58	0,24	0,17	0,35	0,20
Prestação de imóvel	1,58	1,77	1,22	1,91	0,76	1,85	1,34	1,73	1,15	0,76	1,20	2,16

(continua)

(continuação)

	1987/1988											
	Total das áreas	Belém	Belo Horizonte	Brasília	Curitiba	Fortaleza	Goiânia	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Desembolso global	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Despesas correntes	84,50	84,70	84,46	82,46	79,09	83,14	77,98	84,49	86,97	88,86	86,58	83,15
Despesas de consumo	73,87	75,49	74,27	70,77	70,12	74,23	67,45	75,13	76,81	75,62	75,56	73,36
Alimentação	18,72	21,65	19,52	14,05	15,40	22,63	13,10	17,89	23,55	20,84	21,47	17,78
Habitação	15,71	14,12	14,95	14,87	14,80	14,10	14,52	14,09	14,84	16,04	14,43	16,57
Aluguel	2,71	2,01	2,62	2,91	1,77	2,08	2,83	1,92	2,23	2,69	1,80	3,13
Impostos e taxas	3,90	3,89	3,58	3,54	3,33	2,70	2,96	3,28	3,17	4,57	3,54	4,03
Manutenção e consertos	2,95	2,95	3,30	2,97	2,70	3,11	2,70	2,93	3,23	3,31	2,92	2,72
Artigos de limpeza	0,64	0,55	0,78	0,48	0,55	0,65	0,52	0,55	0,80	0,71	0,57	0,63
Mobiliário, eletrodomésticos e eletrônicos	5,52	4,72	4,67	4,98	6,45	5,55	5,51	5,41	5,42	4,76	5,60	6,06
Vestuário	9,54	10,65	10,09	9,75	10,85	9,29	9,66	11,59	10,07	9,04	11,32	8,99
Transporte	11,05	9,01	10,24	11,82	9,72	10,59	10,75	11,01	10,16	10,80	9,60	11,74
Urbano	2,35	3,04	2,82	1,42	1,51	2,13	1,19	2,15	3,04	3,35	2,65	1,95
Veículo próprio (combustível e manutenção)	6,29	4,10	5,54	7,92	6,06	6,70	6,62	6,01	5,68	5,07	5,20	7,14
Higiene e serviços pessoais	2,56	3,41	2,49	2,82	2,38	2,88	2,39	2,54	2,98	2,79	2,89	2,33
Assistência à saúde	5,32	5,19	5,52	4,52	5,99	4,59	6,38	5,94	5,07	5,12	4,11	5,43
Remédios	1,71	1,91	1,74	1,64	1,90	1,52	1,94	1,91	1,82	1,76	1,58	1,63
Seguro-saúde e associação de assistência	0,63	0,43	0,35	0,20	0,19	0,33	0,02	0,39	0,85	0,84	0,39	0,78
Educação	2,67	2,36	2,94	2,71	2,37	2,65	2,69	2,37	2,71	2,75	3,03	2,65
Cursos regulares de 1º, 2º e 3º graus e pré-escolar	1,20	0,88	1,42	1,21	1,05	1,31	1,09	1,10	1,44	1,27	1,44	1,13
Recreação e cultura	3,18	4,23	3,31	3,06	3,12	2,83	3,03	3,20	2,89	3,20	3,33	3,17
Fumo	1,11	1,06	1,16	0,82	0,89	1,22	0,80	1,30	1,31	1,27	0,78	1,08
Despesas diversas	4,00	3,80	4,06	6,35	4,59	3,46	4,13	5,21	3,22	3,77	4,60	3,64
Outras despesas correntes	10,63	9,21	10,19	11,69	8,97	8,91	10,52	9,35	10,16	13,24	11,02	9,79
Aumento do ativo	14,07	14,24	14,33	15,45	18,82	15,59	19,94	13,19	11,86	9,92	10,87	15,67
Veículo	5,54	4,93	4,44	4,12	6,53	6,05	5,64	5,87	4,74	3,51	4,09	6,97
Imóvel (aquisição)	3,76	5,00	3,09	4,70	5,64	4,60	7,98	1,88	3,58	2,15	2,80	4,39
Imóvel (reforma)	4,54	4,12	6,53	6,21	6,09	4,43	5,82	5,27	3,12	4,07	3,62	4,15
Outros investimentos	0,24	0,19	0,27	0,43	0,56	0,50	0,50	0,16	0,41	0,18	0,36	0,15
Diminuição do passivo	1,43	1,07	1,22	2,09	2,09	1,28	2,08	2,33	1,18	1,22	2,56	1,18
Empréstimo e carnê	0,59	0,55	0,48	1,32	1,04	0,54	1,22	1,24	0,58	0,43	1,29	0,36
Prestação de imóvel	0,84	0,52	0,74	0,76	1,05	0,74	0,86	1,08	0,60	0,79	1,26	0,82

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Departamento de Índices de Preços, Pesquisa de Orçamentos Familiares.

Nota:¹ Exclusive sem declaração.



orçamentária para essas famílias, por meio de esquemas de solidariedade social e compras correntes a serem saldadas posteriormente.

Assim, é aconselhável que as estimativas da capacidade aquisitiva das famílias levem em consideração essa discrepância entre renda e gasto, uma vez que o que conta efetivamente é a capacidade de compra das famílias que, para as de renda baixa e intermediária, têm como limite os desembolsos e não os recebimentos.

6 CONCLUSÕES

Para o período compreendido entre as duas POF, 1987/1988 e 1995/1996, e considerando-se a evolução dos principais itens de despesas em relação aos desembolsos das famílias, puderam ser identificadas as seguintes tendências:

- aumento de gastos com habitação, transporte urbano, assistência à saúde e educação.
- Tais tendências foram afetadas, em geral, por fatores ligados à variação de renda e sua distribuição (crescimento em torno de 4% e ligeiro aumento da concentração de renda); aos padrões demográficos e educacionais (diminuição do tamanho médio das famílias e melhoria do nível de escolaridade dos chefes de família); aos preços relativos dos bens (tendência de queda para os principais grupos de produtos, exceto para habitação e transporte); e à capacidade do setor público em prover bens em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento das necessidades das famílias (despesas com educação, saúde e transporte urbano são particularmente impactadas pela deterioração dos serviços públicos).

Houve diferenças de padrões de consumo por classe de renda e por grau de desenvolvimento das regiões metropolitanas. As áreas do Nordeste e Belém tenderam a uma participação de gastos em alimentação e educação mais elevada do que a das demais metrópoles. As famílias de menor rendimento (até dois SM) gastavam relativamente muito mais em alimentação do que as demais famílias.

A participação das despesas das famílias em alimentação, apesar da tendência declinante desde a década de 80, ainda representou um percentual bastante elevado, principalmente para as de menor renda. As famílias, para o total das áreas, gastavam em torno de 2 SM mensais em alimentação; as de renda mais baixa despendiam 0,70 SM ao mês. As despesas em alimentação foram o item de dispêndio mais importante no orçamento das famílias. Cálculos preliminares indicam que esses gastos representaram, para o total das famílias dos grandes centros urbanos do país, cerca de R\$ 31,5 bilhões ao

23. Inicialmente, pode ser aventada a hipótese de subdeclaração dos rendimentos, o que distorceria os resultados assinalados. Mas, é improvável que a substancial diferença entre gasto e renda para as famílias mais pobres possa ser atribuída apenas ao subdimensionamento da renda. Ademais, como exhibe o gráfico, essa situação já se manifestava nos resultados da POF 1987/1988.





ano – o que significa, aproximadamente, 10% do PIB, se considerarmos a totalidade do país.

Nesse contexto, as políticas públicas redutoras do preço dos alimentos ainda têm grande potencial para melhorar o bem-estar da população, principalmente das famílias mais pobres, nas quais o dispêndio com alimentos é superior a 40% do total dos gastos de consumo.



REFERÊNCIAS

BARROS, R. P.; FOX, L.; MENDONÇA, R. *Poverty among female-headed households in Brazil*. Rio de Janeiro: Ipea, 1993 (Texto para Discussão, n. 310).

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R.; NERI, M. An evaluation of the measurement of income and expenditure in household surveys: POF versus Pnad. *In: Encontro Brasileiro de Econometria, XVII, 1995. Anais ...* p. 105-129.

DELGADO, G. C. *Previdência rural: relatório de avaliação socioeconômica*. Brasília: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, n. 477).

GUSSO, D. *Educação e capacitação científica e tecnológica: crise e desafios*. Brasília, 1997. Mimeografado.

LLUCH, C. Sobre medições de renda a partir dos censos e das contas nacionais no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 1, p. 133-148, 1982.

MOTTA, D. M.; MUELLER, C. C.; TORRES, M. O. *A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro*. Brasília: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, n. 530).

RAMOS, L. R. A. REIS, J.; G.; A. *Emprego no Brasil nos anos 90*. Rio de Janeiro: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, n. 468).

ROCHA, S. A. Estrutura de consumo das famílias metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 25, n. 2, 1995.

